

3. REPORTING FINANCEIRO

3.1. Análise orçamental

A receita cobrada atingiu o valor de 20.697.258,01 €, o que se traduziu num grau de execução de 89,91 % e, por conseguinte, num desvio de 10,09 %, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Rubricas	Previsões Iniciais	Receita Corrigida	Receita Cobrada Líquida (total)	Grau de Execução	Desvio Orçamental
	01-01-2021	31-12-2021			
Receita corrente	14.244.020,00	14.244.020,00	13.483.830,07	94,66%	5,34%
Impostos diretos	4.411.748,00	4.411.748,00	4.517.351,40	102,39%	-2,39%
Impostos indiretos	1,00	1,00	0,00	0,00%	100,00%
Taxas, multas e outras penalidades	719.083,00	719.083,00	574.705,13	79,92%	20,08%
Rendimentos da propriedade	313.190,00	313.190,00	316.264,98	100,98%	-0,98%
Transferências correntes	5.733.837,00	5.733.837,00	5.257.998,45	91,70%	8,30%
Venda de bens e serviços correntes	3.033.689,00	3.033.689,00	2.753.526,50	90,76%	9,24%
Outras receitas correntes	32.472,00	32.472,00	63.983,61	197,04%	-97,04%
Receita de capital	9.117.294,00	7.528.132,00	5.937.791,22	78,87%	21,13%
Venda de bens de investimento	248.268,00	248.268,00	78.563,44	31,64%	68,36%
Transferências de capital	6.401.140,00	5.148.213,00	3.864.828,71	75,07%	24,93%
Passivos financeiros	2.005.724,00	1.669.489,00	1.588.889,00	95,17%	4,83%
Outras receitas de capital	462.162,00	462.162,00	405.510,07	87,74%	12,26%
Outras receitas	1,00	1.248.299,00	1.275.636,72	102,19%	-2,19%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	1,00	27.338,72	2733872,00%	-2733772,00%
Saldo da gerência anterior	0,00	1.248.298,00	1.248.298,00	100,00%	0,00%
Total da Receita	23.361.315,00	23.020.451,00	20.697.258,01	89,91%	10,09%
		-2.323.192,99			

Em termos de execução, as receitas correntes atingiram os 94,66 %, tendo as receitas de capital registado uma taxa de 78,87 %.

No global, a receita apresentou um grau de execução de 89,91% cumprindo assim, em 2021, o critério estabelecido no artigo 56.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua atual redação, o qual fixa em 85% o limiar mínimo para a taxa de execução da receita (em 2 anos consecutivos).

De salientar a rubrica **transferências correntes**, com um grau de execução de 91,70 %.

Ainda no âmbito das receitas correntes, relevam as rubricas **impostos diretos** e **rendimentos de propriedade**, as quais, superaram os objetivos traçados.

Ao invés, de referir a baixa execução de **taxas, multas e outras penalidades**, cuja taxa ficou em 79,92%, devido principalmente à menor receita da rubrica **loteamentos e obras e mercados e feiras**.



PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Rubricas	Receita cobr. liq. (total)	Peso nas rec correntes
Impostos diretos	4.517.351,40	33,50%
Imposto municipal sobre imóveis	2.624.966,31	19,47%
Imposto único de circulação	514.003,01	3,81%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.085.912,55	8,05%
Derrama	292.469,53	2,17%
Impostos abolidos	0,00	0,00%
Taxas, multas e outras penalidades	574.705,13	4,26%
Rendimentos da propriedade	316.264,98	2,35%
Transferências correntes	5.257.998,45	38,99%
Fundos OE + IRS + IVA	4.038.637,39	29,95%
Outras	1.219.361,06	9,04%
Vendas de Bens e Serviços e Outros	2.753.526,50	20,42%
Outras receitas correntes	63.983,61	0,47%
Receitas correntes	13.483.830,07	100,00%

No que se refere à estrutura da receita corrente, as **transferências correntes** representam 38,99 % do total, seguida de **impostos diretos**, cujo peso é de 33,50 %.

A 3.^a rubrica mais significativa é **vendas de bens e serviços correntes**, cuja receita representa 20,42 % do total.

O conjunto destas 3 rubricas representa 92,91 % do total das receitas correntes.

Rubricas	Receita cobr. liq. (total)	Peso nas rec capital
Venda de bens de investimento	78.563,44	1,32%
Transferências de capital	3.864.828,71	65,09%
Passivos financeiros	1.588.889,00	26,76%
Outras receitas de capital	405.510,07	6,83%
Receitas de capital	5.937.791,22	100,00%

No que respeita à estrutura das receitas de capital, a rubrica mais relevante é **transferências de capital**, com 65,09 %, seguida de **passivos financeiros** com 26,76 %, representando as duas 91,85 % do total.

Receitas correntes + receitas de capital	19.421.621,29
---	----------------------

Relativamente à despesa, a situação foi a seguinte:

Rubricas	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Despesa paga (total)	Taxa de execução	Desvio orçamental
	01-01-2021	31-12-2021			
Despesa corrente	12.313.559,00	13.006.848,00	11.112.146,79	85,43%	14,57%
Despesas com o pessoal	5.852.795,00	5.949.074,00	5.739.473,50	96,48%	3,52%
Aquisição de bens e serviços	5.718.275,00	6.005.273,00	4.519.366,93	75,26%	24,74%
Juros e outros encargos	126.050,00	148.250,00	111.881,16	75,47%	24,53%
Transferências correntes	477.587,00	560.749,00	459.560,53	81,95%	18,05%
Subsídios	1,00	156.843,00	156.839,69	100,00%	0,00%
Outras despesas correntes	138.851,00	186.659,00	125.024,98	66,98%	33,02%
Despesa de capital	11.047.756,00	10.013.603,00	7.582.883,25	75,73%	24,27%
Aquisição de bens de capital	9.555.613,00	8.507.615,00	6.159.026,09	72,39%	27,61%
Transferências de capital	62.778,00	76.123,00	15.194,51	19,96%	80,04%
Ativos financeiros	8.864,00	9.364,00	8.863,49	94,65%	5,35%
Passivos financeiros	1.420.500,00	1.420.500,00	1.399.799,16	98,54%	1,46%
Outras despesas de capital	1,00	1,00	0,00	0,00%	100,00%
Total da Despesa	23.361.315,00	23.020.451,00	18.695.030,04	81,21%	18,79%
		-4.325.420,96			

A despesa corrente paga, apresentou uma execução de 81,21 %.



Em termos absolutos, é de salientar o peso que têm neste indicador as rubricas **despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços**, as quais foram responsáveis pelo maior volume de despesa paga (10,2 M€).

A despesa de capital paga regista uma execução de 75,73%. A rubrica mais relevante é **aquisição de bens de capital**, com 6.159.026,09 €, refletindo o investimento realizado durante o ano, conforme detalhe que se pode consultar no PPI.

No global, a despesa total paga apresenta um grau de execução de 81,21% a que corresponde um desvio orçamental de 18,79 % (-4.325.420,96 €).

Verificação do princípio do equilíbrio orçamental

Lei n.º 73/2013 de 03/09 -RFALEI -artigo 40.º - Equilíbrio orçamental

2 - (...) a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

4 - (...) consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

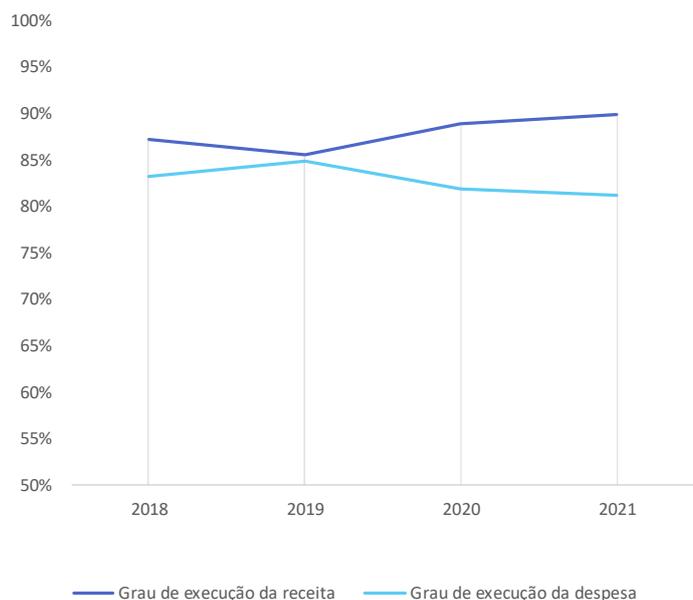
Receita corrente bruta cobrada		13.846.361,50
Despesa corrente	11.112.146,79	
Amortização média de empréstimos	844.333,64	11.956.480,43
HÁ EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL		1.889.881,07

O município cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, conforme é estipulado no RFALEI, visto que a sua receita corrente bruta cobriu o somatório da despesa corrente com a amortização média de empréstimos a médio e longo prazos.

Em termos evolutivos, verifica-se que o município apresenta bons indicadores gerais de execução orçamental sendo que no ano de 2021 se registou a taxa de execução da receita mais elevada.

Simultaneamente verificou-se a menor execução da despesa, o que contribuiu para o maior saldo orçamental da série em análise.

Rúbricas	2018	2019	2020	2021
Grau de execução da receita	87,27%	85,45%	88,85%	89,91%
Grau de execução da despesa	83,10%	84,86%	81,80%	81,21%





Resultado orçamental

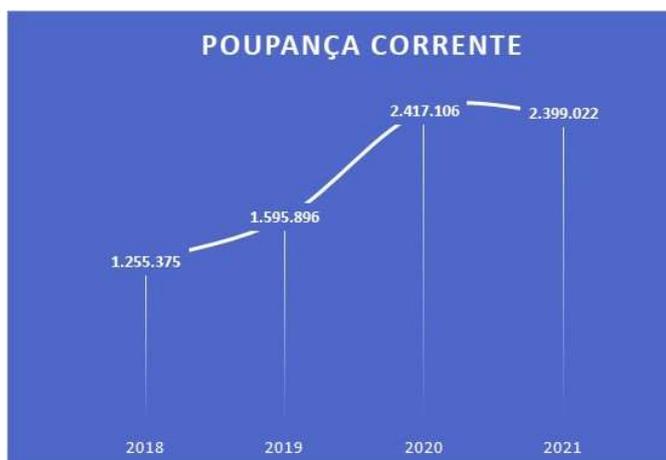
O quadro seguinte mostra a receita total cobrada e a despesa total paga nos anos de 2018 a 2021, bem como os respetivos saldos de gerência orçamentais.

Rúbricas	2018	2019	2020	2021
Receita corrente cobrada (inclui repos. não abatidas pagam.)	12.461.922,91	12.587.746,81	12.993.629,97	13.511.168,79
Despesa corrente paga	11.206.547,64	10.991.850,81	10.576.524,22	11.112.146,79
Poupança corrente	1.255.375,27	1.595.896,00	2.417.105,75	2.399.022,00
Receita de capital cobrada	2.882.480,39	2.462.661,74	2.567.259,12	5.937.791,22
Despesa de capital paga	4.034.588,64	4.717.953,61	3.913.345,76	7.582.883,25
Saldo de capital	-1.152.108,25	-2.255.291,87	-1.346.086,64	-1.645.092,03
Receita total cobrada	15.344.403,30	15.050.408,55	15.560.889,09	19.448.960,01
Despesa total paga	15.241.136,28	15.709.804,42	14.489.869,98	18.695.030,04
Saldo orçamental da gerência	103.267,02	-659.395,87	1.071.019,11	753.929,97
Saldo orçamental da gerência anterior	733.408,19	836.675,21	177.279,34	1.248.298,45
Saldo orçamental	836.675,21	177.279,34	1.248.298,45	2.002.228,42

Verifica-se oscilação no saldo de gerência desde o ano 2018, culminando em 2021 no maior valor da série, resultado de uma boa execução da receita orçamental e de um decréscimo concomitante da despesa corrente.

A poupança corrente, que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, tem apresentado valores bastante significativos o que, em conjunto com as receitas de capital, permitiu servir de suporte aos investimentos realizados.

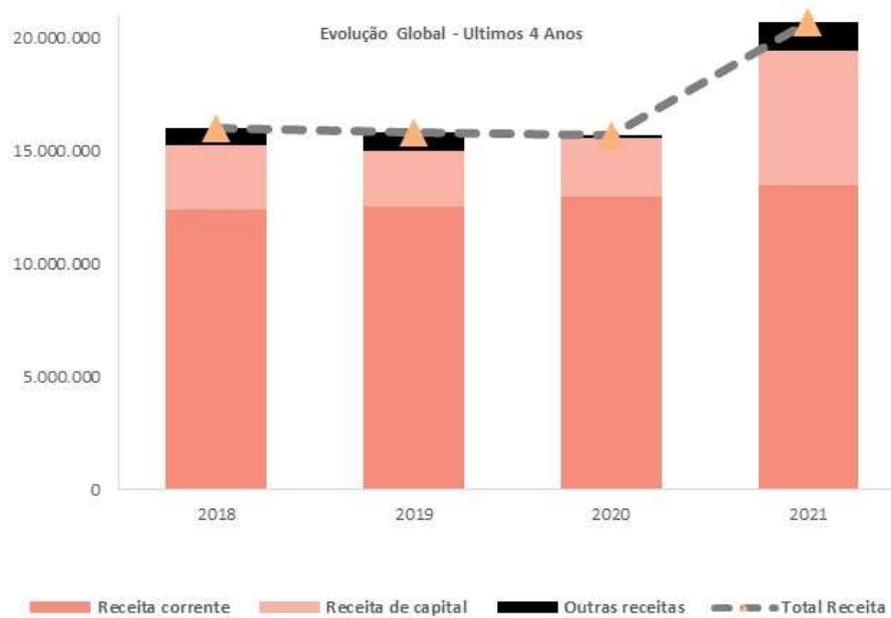
Designação	2018	2019	2020	2021
Poupança corrente	1.255.375	1.595.896	2.417.106	2.399.022



3.1.1. Receita

Vejamos a evolução global ao longo dos últimos 4 anos.

Rúbricas	2018	2019	2020	2021
Receita corrente	12.390.425	12.548.764	12.988.381	13.483.830
Receita de capital	2.882.480	2.462.662	2.567.259	5.937.791
Outras receitas	734.211	807.483	182.249	1.275.637
Total Receita	16.007.117	15.818.909	15.737.889	20.697.258

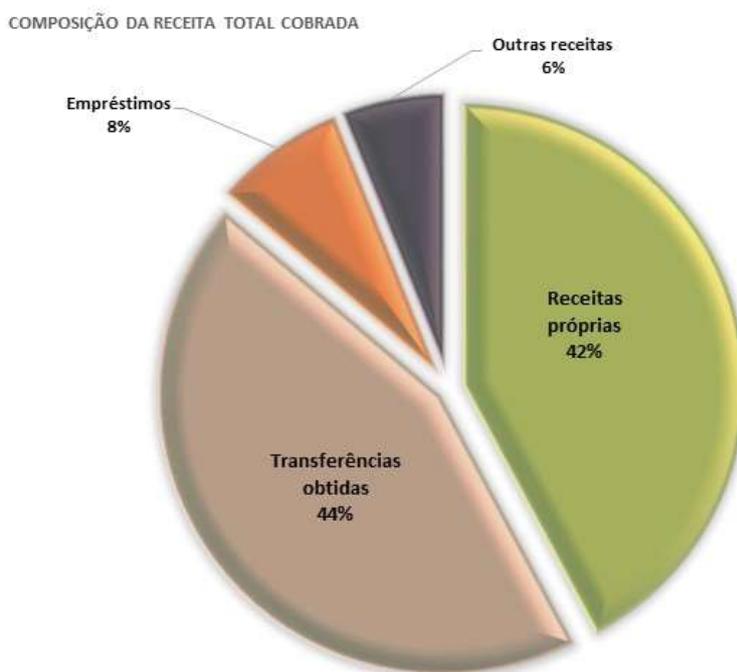


No que diz respeito às origens da receita, a composição é a seguinte:

Designação	Valor (€)	Peso
Receitas próprias	8.737.243,85	42%
Transferências obtidas	9.122.827,16	44%
Empréstimos	1.588.889,00	8%
Outras receitas	1.248.298,00	6%
Total cobrado	20.697.258,01	100%

As **transferências obtidas** constituem 44 % das receitas do município, seguidas de **receitas próprias** com 42%.

Os **empréstimos**, representando 8 %, constituíram uma receita cuja finalidade foi de fazer face ao investimento municipal e contribuir para o reforço de tesouraria.

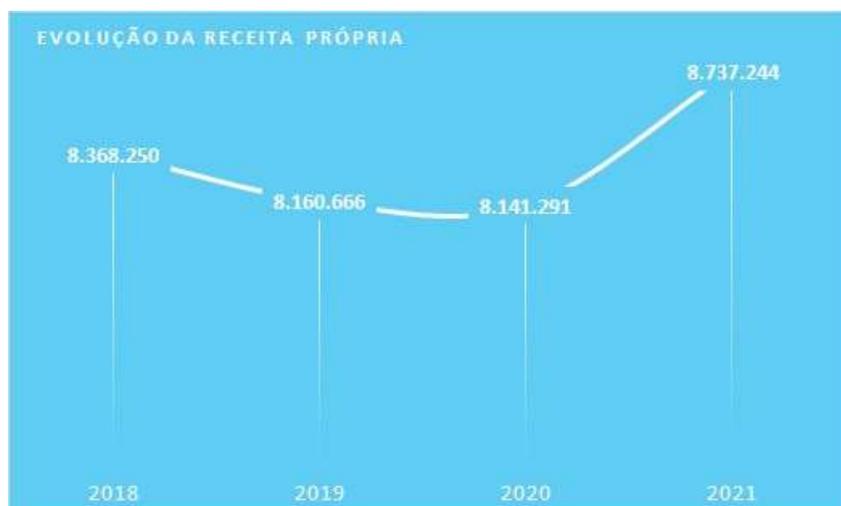


3.1.1.1. Receitas próprias

Rubricas	2018	2019	2020	2021	var. 2021/2020
Impostos diretos	3.864.296,32	4.281.736,15	4.341.600,41	4.517.351,40	4,0%
Impostos indiretos	378.990,88	163.756,40	370.565,48	0,00	-100,0%
Taxas, multas e outras penalidades	270.924,53	363.438,51	297.785,11	574.705,13	93,0%
Rendimentos da propriedade	906.203,14	319.448,71	316.913,08	316.264,98	-0,2%
Vendas de Bens e Serviços e Outros	2.794.996,57	2.891.815,26	2.751.066,13	2.753.526,50	0,1%
Outras receitas correntes	23.414,26	29.305,04	20.695,17	63.983,61	209,2%
Venda de bens de investimento	46.167,58	57.951,42	23.753,11	78.563,44	230,8%
Outras receitas de capital	81.045,81	52.346,08	13.663,52	405.510,07	2867,8%
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.211,21	868,48	5.249,30	27.338,72	420,8%
Total	8.368.250,30	8.160.666,05	8.141.291,31	8.737.243,85	7,3%

Constituem receitas próprias da autarquia, no grupo das correntes: os impostos (diretos e indiretos) as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos da propriedade, as vendas de bens e serviços e, no grupo das receitas de capital: as vendas de terrenos e outras receitas de capital.

As receitas próprias no ano de 2021 foram de 8.737.243,85€, superiores (7,3 %) às registadas em 2020.



Veja-se o comportamento das diversas rubricas de receitas próprias:

3.1.1.1.1. Impostos diretos

Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	2.791.276,00	2.624.966,31	94,04%
IUC-Imposto único de circulação	462.436,00	514.003,01	111,15%
IMT-Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	865.476,00	1.085.912,55	125,47%
Derrama	292.557,00	292.469,53	99,97%
Total impostos diretos	4.411.745,00	4.517.351,40	102,39%

Do ponto de vista orçamental, verifica-se que todas as rubricas apresentaram bons índices de execução, com destaque para o **IUC** e para **IMT**, conduzindo a um grau de execução global de 102,39%.

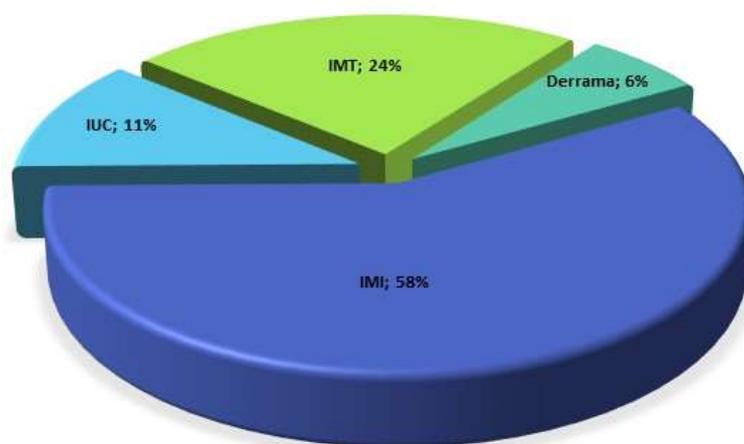
Relevância no total:

Rubricas	2021	Peso
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	2.624.966,31	58%
IUC-Imposto único de circulação	514.003,01	11%
IMT-Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	1.085.912,55	24%
Derrama	292.469,53	6%
Total	4.517.351,40	100%

Do ponto de vista da receita gerada, o **IMI** é o principal imposto direto, o qual com uma receita de 2.624.966,31 € representou 58 % do total.

Igualmente importante foi a receita de **IMT** (1.085.912,55 €), representando 24 % do total.

De menor relevância, mas também significativos no contexto do orçamento municipal, são as rubricas de **IUC** com 514.003,01 € (11%) e de **Derrama** com 292.469,53 € (6%).

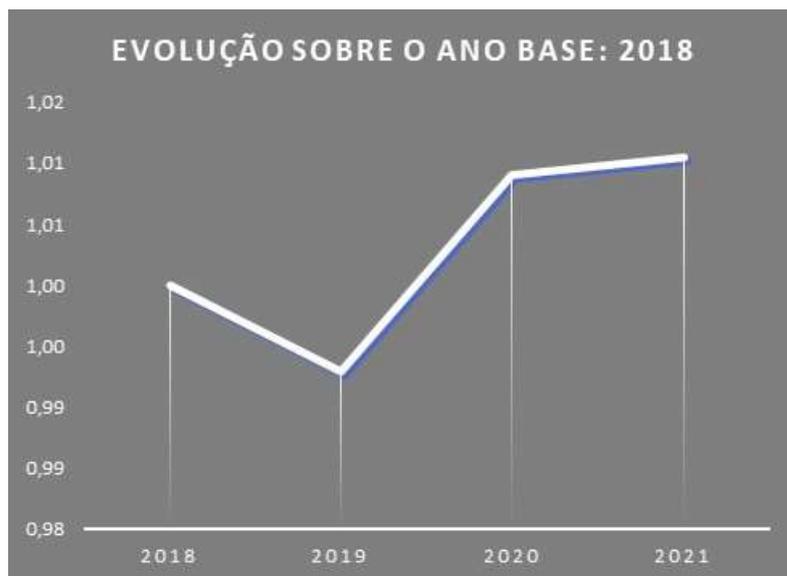


Veja-se a evolução destas rubricas ao longo dos últimos 4 anos:



3.1.1.1.1.1. IMI

Rúbricas	Ano base: 2018				
	2018	2019	2020	2021	2021-2020
Imposto municipal sobre imóveis	2.597.731,35	2.579.199,43	2.621.129,45	2.624.966,31	3.836,86
Variação sobre o ano base	1,00	0,99	1,01	1,01	



O IMI tem constituído ao longo do tempo uma receita de importância fundamental para a sustentabilidade do funcionamento do município.

A trajetória é tendencialmente crescente apesar da ligeira quebra verificada em 2019, sendo a receita desde 2016 baseada em igual taxa de IMI conforme se verifica no quadro lateral.

Esta tendência justifica-se por alguma dinamização que o mercado imobiliário vem conhecendo nos últimos anos e bem assim pelo facto de alguns dos imóveis terem chegado ao fim do período de isenção de IMI.

TAXAS VIGENTES DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO			
Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2021	-	0,35000	0,80

HISTÓRICO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO			
Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2020	-	0,35000	0,80
2019	-	0,35000	0,80
2018	-	0,35000	0,80
2017	-	0,35000	0,80
2016	-	0,35000	0,80
2015	-	0,36000	0,80
2014	-	0,38000	0,80
2013	0,7000	0,39000	0,80
2012	0,7000	0,40000	0,80
2011	0,7000	0,40000	0,80
2010	0,7000	0,40000	0,80

3.1.1.1.1.1.1. IMI - fluxos de tesouraria

Quanto aos fluxos de tesouraria que este imposto gera, eles têm a ver primeiramente com os montantes e depois com as datas de recebimento do mesmo, as quais dependem do valor de imposto a pagar.

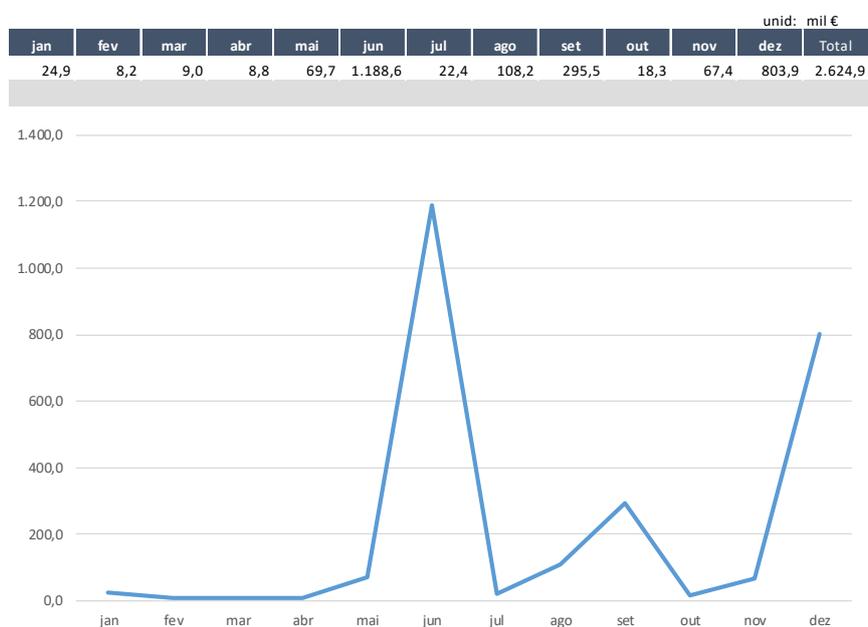
A primeira fase de pagamento é em maio. Se o valor total de IMI for até 100 euros, será pago de uma só vez.

Se o valor total do IMI a pagar se situar entre 100 euros e até 500 euros (inclusive), poderá ser pago em duas prestações, a primeira em maio e a segunda em novembro.

Já se o valor do IMI for superior a 500€, será em 3 prestações sendo 1/3 em maio, 1/3 em agosto e 1/3 em novembro.

Vejamos os fluxos de tesouraria ocorridos no ano de 2021:

IMI – Fluxos de Tesouraria



A entrada nos cofres municipais, acontece, regra geral, no mês seguinte ao pagamento do imposto pelos proprietários, pelo que os pontos fortes acontecem nos meses de junho, setembro e dezembro.

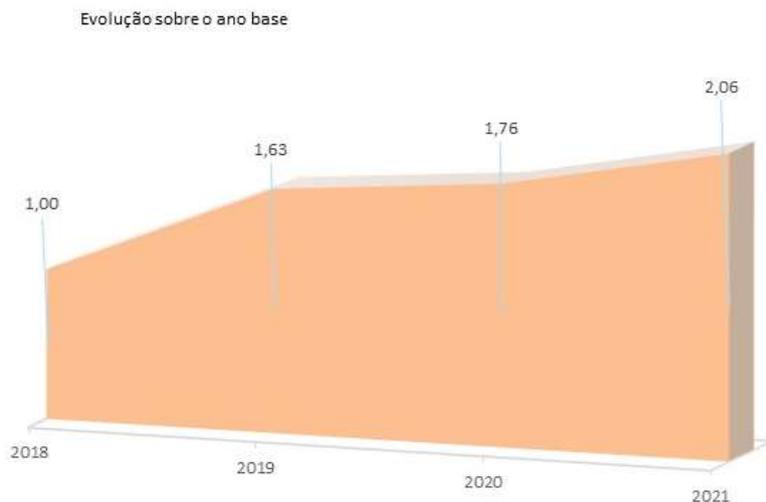
Tendo em conta o exposto anteriormente, a 1.ª prestação é a que gera mais liquidez, pois agrega as prestações únicas, com as prestações em 2 momentos e em 3 momentos, o que quer dizer que em maio todos os proprietários deverão pagar IMI.

A prestação cujo recebimento ocorre em setembro é devida unicamente por proprietários com valores de IMI superiores a 500€, sendo a 2.ª prestação para esta tipificação de contribuinte.

O recebimento de dezembro, refere-se aos pagamentos de novembro e diz respeito à 2.ª prestação relativa a valores de imposto iguais ou superiores a 100€ e iguais ou inferiores a 500€ e à 3.ª prestação para valores superiores a 500€.

3.1.1.1.1.2. IMT

Rúbricas	Ano base: 2018				
	2018	2019	2020	2021	2021-2020
IMT- Imposto municipal s/ transm. onerosa	527.620,93	860.714,53	928.741,23	1.085.912,55	157.171,32
Variação sobre o ano base	1,00	1,63	1,76	2,06	



O **IMT- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis**, é o imposto pago ao Estado sobre as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou seja, é o imposto pago sempre que existe a transmissão financeira de compra e venda de um imóvel no território português.

Concretamente, ocorre nas seguintes situações:

- Compra e venda de um imóvel (novo ou usado);
- Permuta de imóvel, em que o valor a pagar de IMT recai sobre o diferencial dos imóveis permutados;
- Quando se realiza uma liquidação antecipada de imóveis de leasing imobiliário, em que apenas é pago o IMT do montante em dívida.

Portanto trata-se de um imposto que, ao contrário do IMI, tem um calendário de geração de receita incerto e cujo valor também é oscilante, dependendo do volume de transações imobiliárias efetuadas.

No Entroncamento, tem-se mostrado ao longo do tempo uma receita relevante, registando em 2021 uma receita de 1.085.912,55 €.

Ao longo dos 4 anos, têm-se verificado uma tendência ascendente, tendo apresentado em 2021 uma receita 2,06 vezes superior à de 2018.

No grupo dos Impostos Diretos, o IMT constitui a segunda fonte de receita do município.

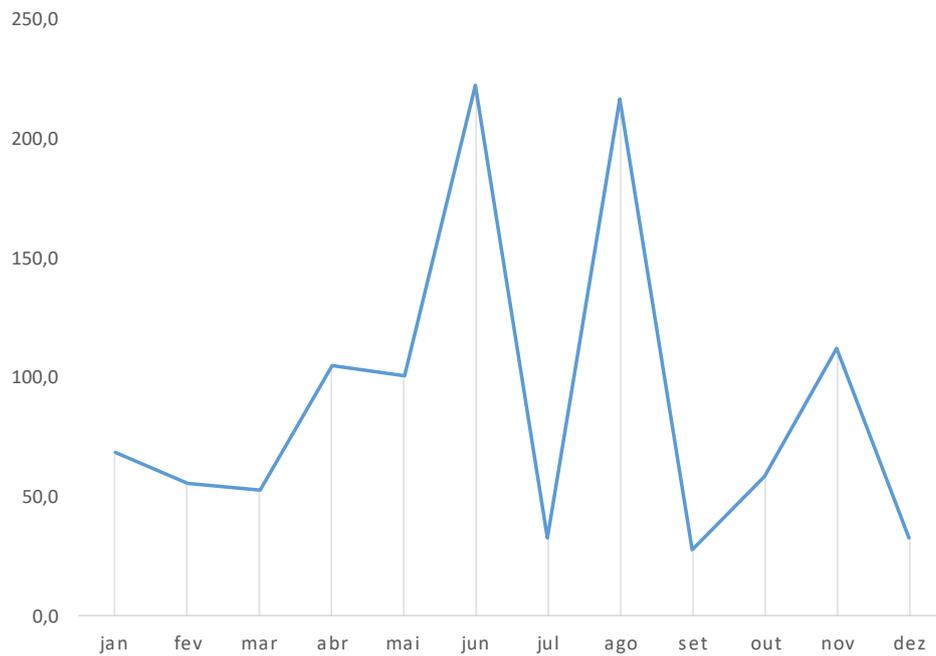


3.1.1.1.2.1. IMT - fluxos de tesouraria

Em 2021, os fluxos de tesouraria gerados, tiveram o seguinte comportamento:

IMT – Fluxos de Tesouraria

												unid: mil €	
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	
68,4	56,0	53,1	105,0	101,0	222,5	32,7	216,5	27,9	58,3	111,9	32,6	1.085,9	

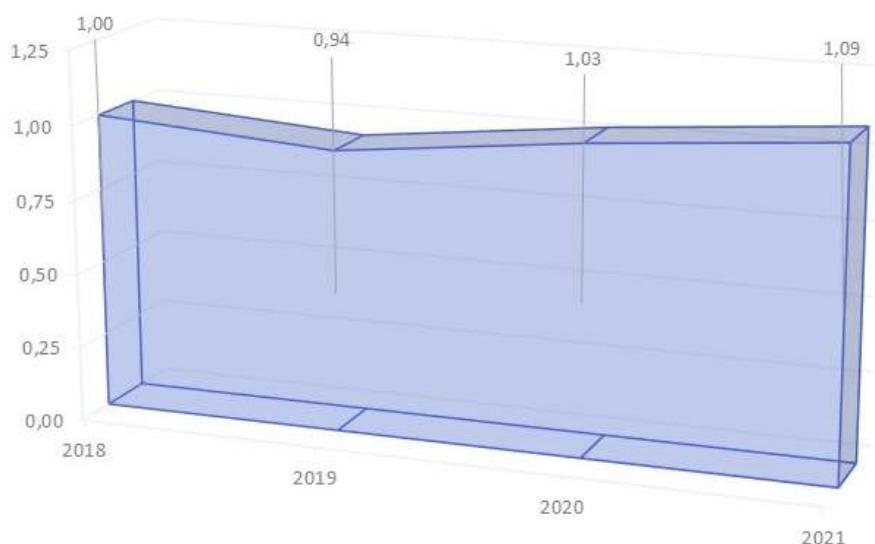


O IMT resulta de operações pontuais, embora não deixe, por vezes, de acontecer em cadeia ou em sucessão quando todas as condições de mercado se encontram reunidas.

3.1.1.1.1.3. IUC

Rubricas	2018	2019	2020	2021	2021-2020
IUC-Imposto único de circulação	469.410,79	442.765,01	483.630,53	514.003,01	30.372,48
Variação sobre o ano base	1,00	0,94	1,03	1,09	

Evolução sobre o ano base



Estão sujeitos ao **Imposto Único de Circulação** os proprietários dos veículos e os locatários financeiros, bem como os adquirentes com Reserva de Propriedade.

O IUC deve ser pago no mês de aniversário da matrícula do veículo, à exceção das embarcações e aeronaves, o que significa que o período de pagamento se distribui por todo o ano civil.

Apesar de a receita flutuar anualmente, o IUC não regista oscilações muito significativas em valor absoluto. A base do imposto é, em termos gerais, o parque automóvel do concelho.

Em 2021, o município recebeu 514.003,81 € sendo o maior valor do período de 4 anos em análise.

3.1.1.1.3.1. IUC - fluxos de tesouraria

Em 2021, os fluxos de tesouraria gerados, tiveram o seguinte comportamento:

IUC – Fluxos de Tesouraria

unid: mil €												
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
41,8	45,3	38,5	47,4	37,2	57,5	50,2	42,5	35,4	35,0	39,0	44,3	514,0

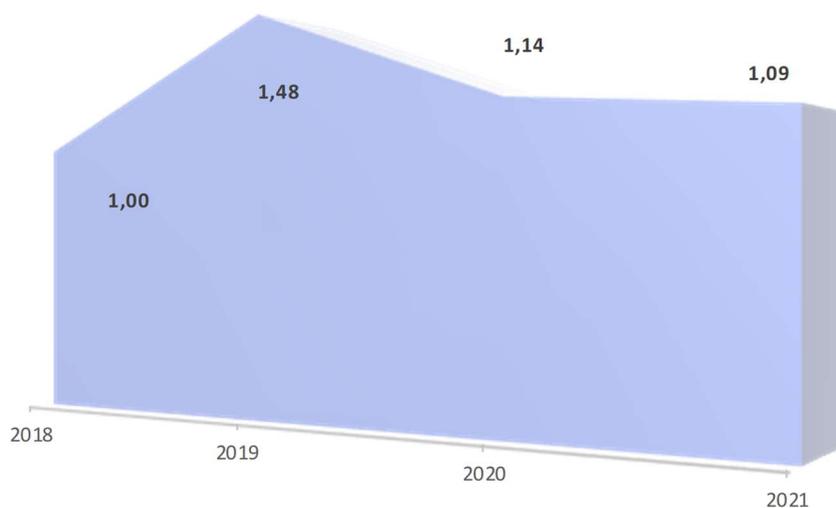


A distribuição da receita é heterógena ao longo do ano, com um máximo explícito em junho (57,5 m€) e um valor mínimo em outubro (35,0 m€).

3.1.1.1.1.4. Derrama

Rubricas	Ano base: 2018				
	2018	2019	2020	2021	2021-2020
Derrama	269.533,25	399.057,18	308.099,20	292.469,53	-15.629,67
Varição sobre o ano base	1,00	1,48	1,14	1,09	

Evolução sobre o ano base



A **derrama** é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas decorrente da matéria coletável apurada no ano anterior.

No Entroncamento a taxa aplicável em 2020, que conduziu à receita de 2021, foi de 1,5% sobre o lucro tributável.

Depende diretamente das sociedades com atividade económica instaladas no concelho, e oscila em função das respetivas produções anuais, quer de bens quer de serviços.

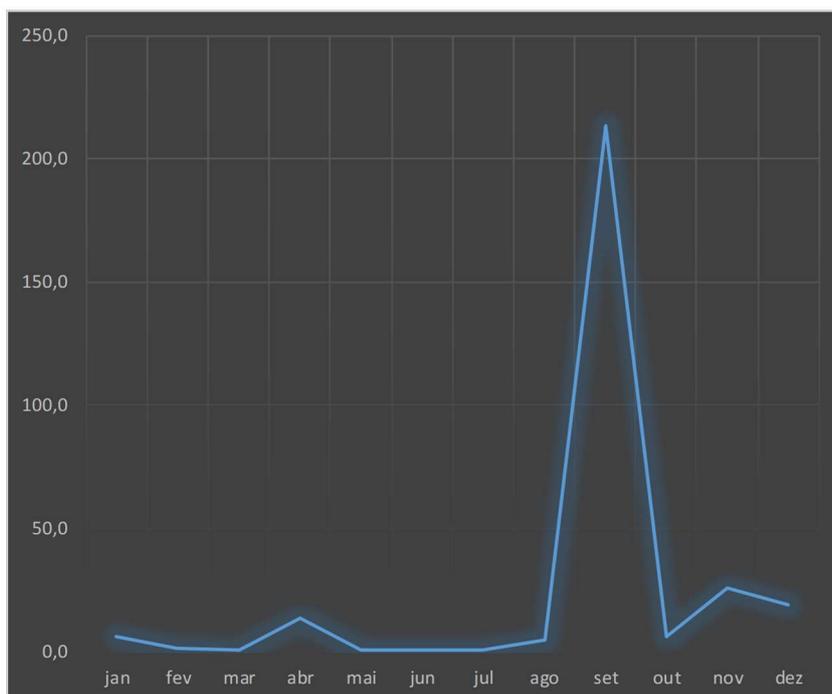
A derrama é, financeiramente, o imposto menos relevante do grupo dos Impostos Diretos, tendo registado em 2021 uma receita de 292.469,53 €.

3.1.1.1.4.1. Derrama - fluxos de tesouraria

Em 2021, os fluxos de tesouraria gerados, tiveram o seguinte comportamento:

Derrama – Fluxos de Tesouraria

												unid: mil €
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
6,1	1,4	0,4	13,9	0,5	0,7	0,5	5,1	213,3	5,9	25,8	18,9	292,5



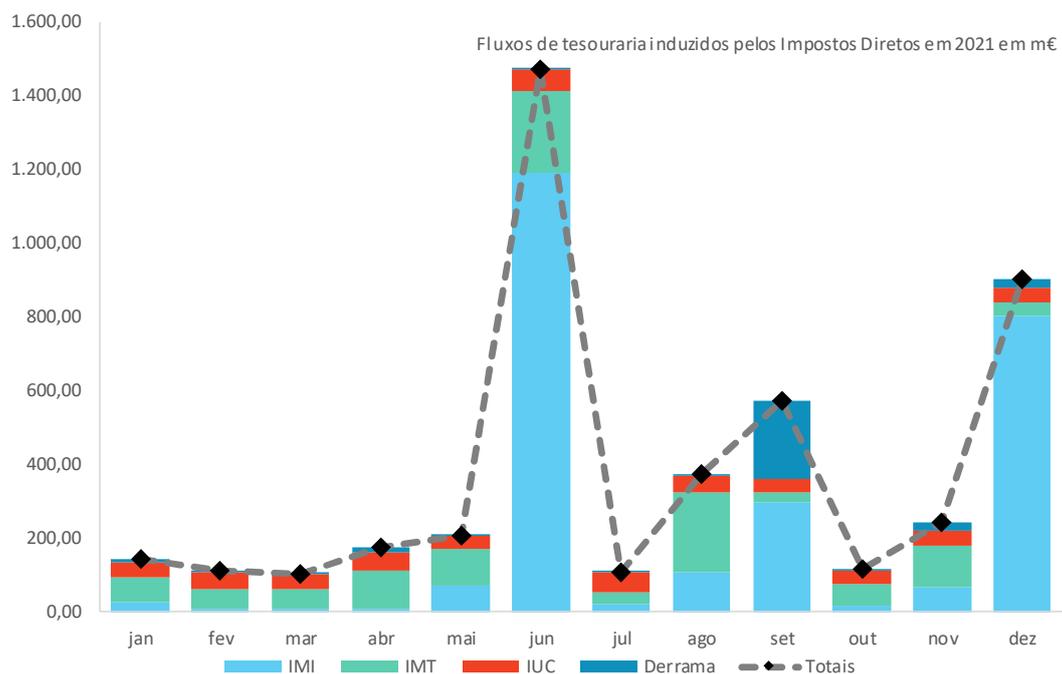
A receita da **derrama** concentra-se principalmente no mês de setembro, mês subsequente ao apuramento das contas empresariais pela Autoridade Tributária.

À exceção deste período, nos restantes meses as receitas ou são inexistentes ou têm valores residuais.

3.1.1.1.1.5. Fluxos de tesouraria de Impostos Diretos

unid: mil €

Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
IMI	24,90	8,20	9,00	8,80	69,70	1.188,60	22,40	108,20	295,50	18,30	67,40	803,90	2.624,90
IMT	68,41	56,01	53,06	104,99	100,97	222,47	32,68	216,54	27,90	58,30	111,93	32,64	1.085,91
IUC	41,80	45,26	38,50	47,41	37,18	57,50	50,18	42,52	35,38	34,96	38,98	44,34	514,00
Derrama	6,13	1,36	0,41	13,86	0,54	0,67	0,53	5,09	213,32	5,94	25,76	18,87	292,47
Totais	141,25	110,83	100,98	175,06	208,39	1.469,24	105,79	372,35	572,11	117,49	244,07	899,75	4.517,29



O valor do **IMI** é determinante no fluxo de entrada de tesouraria do município, transportando para os meses de junho, setembro e dezembro o seu peso no total dos Impostos Diretos.

3.1.1.1.2. Taxas, multas e outras penalidades

Designação	2021			Peso na receita cobrada
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %	
Mercados e feiras	151.831,00	95.886,84	63,15%	16,68%
Loteamentos e obras	348.933,00	205.970,20	59,03%	35,84%
Ocupação da via pública	27.675,00	24.942,42	90,13%	4,34%
Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)	6.468,00	8.735,77	135,06%	1,52%
Outra Taxas	120.703,00	159.236,65	131,92%	27,71%
Multas e outras penalidades	63.473,00	79.933,25	125,93%	13,91%
Total	719.083,00	574.705,13	79,92%	100,00%

Este capítulo engloba os seguintes grupos:

Taxas - pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e dos regulamentos municipais em vigor.

Multas e outras penalidades - receitas provenientes da aplicação de coimas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

No global, apresenta um grau de execução de 79,92 %.

A rubrica de **mercados e feiras** representou 16,68 % da receita, com 95.886,84 €. Ficou aquém da previsão devido principalmente às medidas de apoio implementadas na sequência da pandemia da COVID19.

Nela se regista a receita cobrada aos vendedores do mercado diário e aos feirantes do mercado semanal.

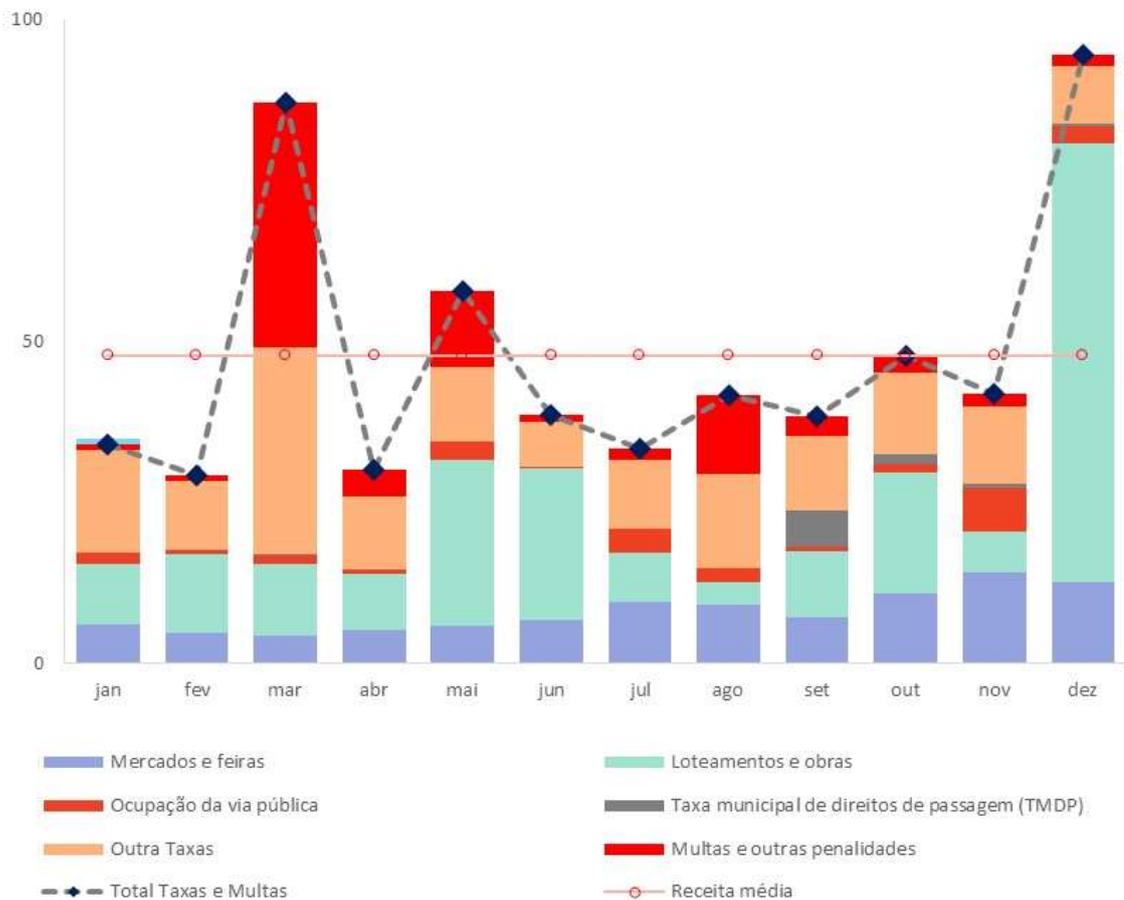
Loteamentos e Obras, diz respeito a pagamentos por parte de empresas e particulares em contrapartida da emissão de licenças de obras. Foi a rubrica mais relevante. Com uma receita de 205.970,20 €, contudo, com um grau de execução de 59,03 % ficou aquém das previsões iniciais.

Outras taxas, compreende receitas com taxa de gestão de resíduos, publicidade, taxa urbanística, cemitério, certidões, fotocópias, vistorias, entre outras. Registou uma receita de 159.236,65 €, o que representou um grau de execução de 131,92 %.

3.1.1.1.3. Fluxo de tesouraria de Taxas, multas e outras penalidades

Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Mercados e feiras	6	5	4	5	6	7	10	9	7	11	14	13	96
Loteamentos e obras	10	12	11	9	26	24	8	3	10	19	6	68	206
Ocupação da via pública	2	1	1	1	3	0	4	2	1	1	7	3	25
Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)	0	0	0	0	0	0	0	0	6	2	1	1	9
Outra Taxas	16	11	32	11	11	7	11	15	11	13	12	9	159
Multas e outras penalidades	1	1	38	4	12	1	2	12	3	3	2	2	80
Total Taxas e Multas	34	29	87	30	58	39	33	42	38	48	42	95	575
Receita média	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	

Fluxo de Tesouraria - Taxas, multas e outras penalidades



A receita das **taxas, multas e outras penalidades** no valor de 575 m€ é caracterizada na maior parte dos meses por um valor de receitas relativamente moderado, oscilando entre os 29 m€ e os 95 m€, à exceção de março, maio e dezembro em que as entradas de capital foram de 87 m€, 58 m€ e 95 m€ respetivamente.

As receitas destes dois meses impulsionaram a média mensal para 48 m€, o que faz com que nos restantes 10 as importâncias recebidas fossem inferiores a este valor médio.



3.1.1.1.4. Rendimentos de propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Designação	2021			Peso na receita cobrada
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %	
Rendas - outras	293.786,00	293.689,25	99,97%	92,86%
Rendas - terrenos	19.400,00	22.575,73	116,37%	7,14%
Rendas - bens do domínio público	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Participações nos lucros de administ. públicas	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Bancos e outras instituições financeiras	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Empresas privadas	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Total	313.190,00	316.264,98	100,98%	100,00%

Apresenta um grau de execução de 100,98 %, cumprindo por isso as previsões efetuadas.

Em termos de relevância financeira, verifica-se que a rubrica **Rendas – outras** representa 99,97 % da receita.

Nesta rubrica registam-se as rendas da concessão da rede elétrica de distribuição, pagas pela E-Redes ao município, que em 2021 foram de 293.689,25 €.

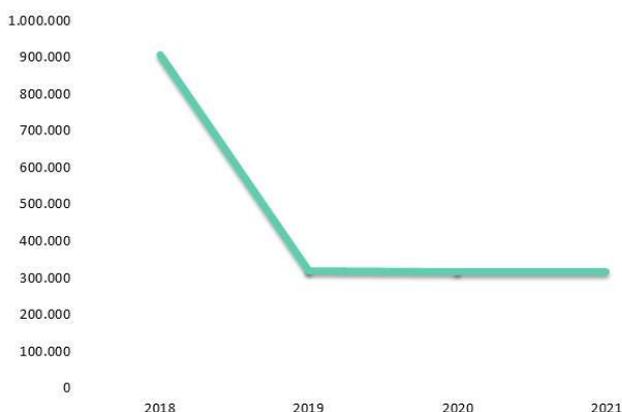
Rendas de terrenos, refere-se à receita obtida de operadoras de telemóveis (NOS e MEO) pela colocação de torres de suporte a antenas distribuidoras de sinal em terrenos municipais. A verba recebida (22.575,73 €) representou 7,14% dos **rendimentos de propriedade**.

Analisando a evolução nos últimos 4 anos, temos os seguintes valores de receita:

Rúbricas	2018	2019	2020	2021
Rendimentos de propriedade	906.203	319.449	316.913	316.265

A receita dos anos de 2019 a 2021, de valores de certo modo semelhantes, foi composta pelas rubricas de **Rendas-outras** e **Rendas-terrenos**.

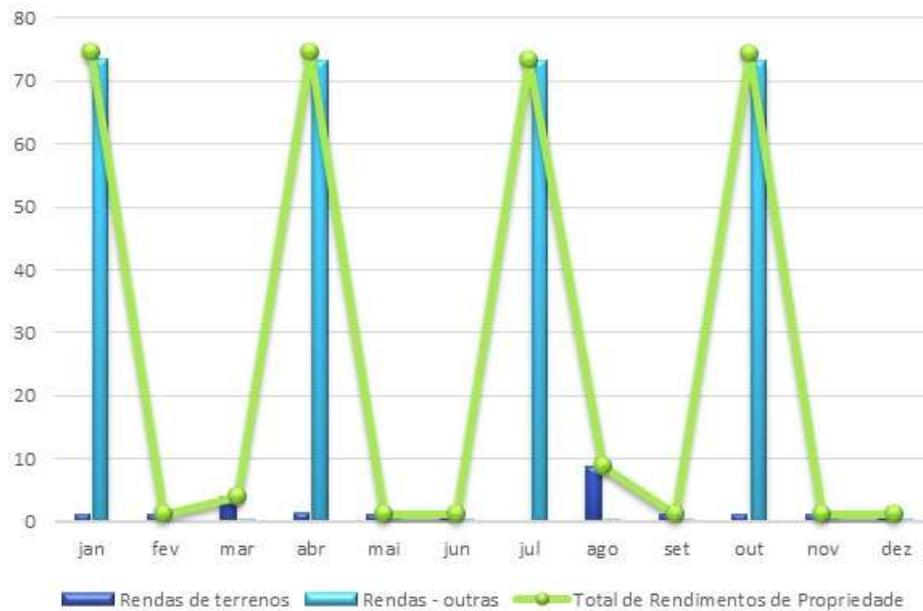
Em 2018, para além destas duas rubricas, existiu igualmente uma receita oriunda de rendas pagas pela empresa Águas do Vale do Tejo no valor de 589.956,46€, que foi registada em **Rendas-bens do domínio público**.



3.1.1.1.4.1. Fluxo de tesouraria de Rendimentos de propriedade

Descrição	unid: mil €												Total
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Rendas de terrenos	1	1	4	1	1	1	0	9	1	1	1	1	23
Rendas - outras	74	0	0	73	0	0	73	0	0	73	0	0	294
Total de Rendimentos de Propriedade	75	1	4	75	1	1	73	9	1	74	1	1	316

Fluxos de Tesouraria – Rendimentos de Propriedade



Os fluxos de tesouraria gerados nesta rubrica são caracterizados por 4 topos trimestrais, correspondendo aos 4 recebimentos da renda de concessão da EDP, cujo peso relativo no total da rubrica, marca a periodicidade das receitas.

Os fluxos relativos às rendas de terrenos são normalmente constantes.

O valor de agosto respeita ao pagamento de uma renda anual por parte de uma empresa que ocupa infraestruturas (condutas) municipais.

**3.1.1.1.5. Venda de bens e serviços correntes**

A rubrica **Venda de bens e serviços correntes**, é, no grupo das receitas correntes, a 3.^a mais importante, representando 20,42 % da receita corrente total.

Designação	2021			Peso no total cobrado
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %	
Água	1.366.299,00	1.319.928,95	96,61%	47,94%
Saneamento	666.872,00	648.276,00	97,21%	23,54%
Resíduos sólidos	510.326,00	498.265,86	97,64%	18,10%
Fornecimento de Refeições Escolares	95.134,00	96.634,88	101,58%	3,51%
Rendas - Habitações	35.653,00	45.005,79	126,23%	1,63%
Parques de estacionamento	198.748,00	40.392,70	20,32%	1,47%
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	18.150,00	29.977,88	165,17%	1,09%
Prolongamento de Horários Escolares	15.628,00	22.434,75	143,55%	0,81%
Desperdícios, resíduos e refugos	2,00	21.441,00	1072050,00%	0,78%
Rendas - Outras	60.992,00	15.290,08	25,07%	0,56%
Serviços desportivos	42.169,00	12.596,01	29,87%	0,46%
Mercados e feiras	998,00	2.102,60	210,68%	0,08%
Recolha de Águas Residuais por Meios Moveis	363,00	362,55	99,88%	0,01%
Trabalhos por conta de particulares	1.273,00	325,36	25,56%	0,01%
Outros	1.847,00	194,92	10,55%	0,01%
Ligações Sistema Publico Água (suspensão/reinício)	896,00	163,22	18,22%	0,01%
Serviços culturais	15.269,00	80,00	0,52%	0,00%
Produtos acabados e intermédios	2.018,00	33,70	1,67%	0,00%
Livros e documentação técnica	1.045,00	20,25	1,94%	0,00%
Verificação de Contadores	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Inertes	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras mercadorias	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Aluguer de espaços e equipamentos	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Vistorias e ensaios	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Execução de Ramais de Ligação >20M	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Fornecimento de Processos de Concursos	1,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Venda de bens e serviços correntes	3.033.689,00	2.753.526,50	90,76	100,00%

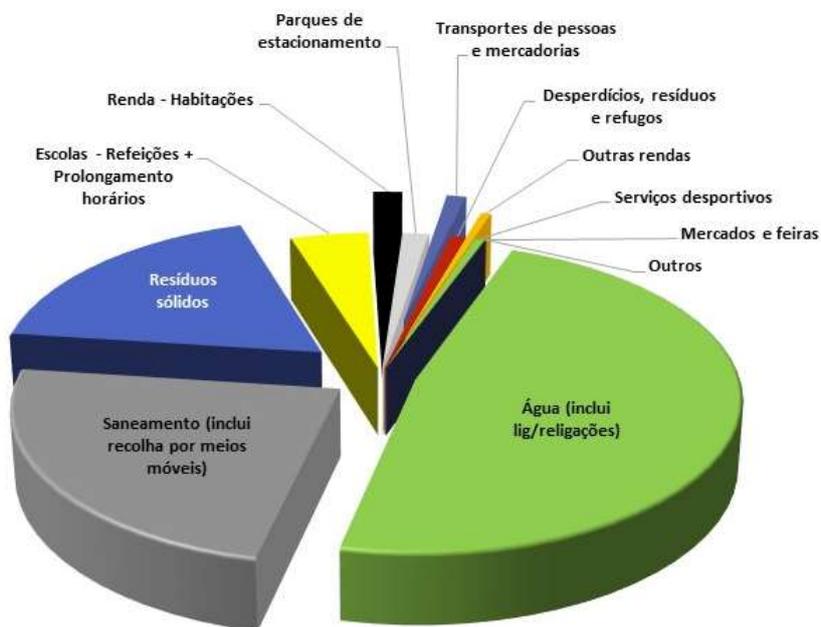
Em 2021, registou receitas no valor de 2.753.526,50 €, o que significa um grau de execução orçamental de 90,76 %.

No que se refere à relevância, a receita do grupo dos setores regulados AA+AR+RU, representou 89,57 % do total.

Posição das rubricas mais importantes no agrupamento **Venda de bens e serviços correntes**:

Rubricas	Receita
Água (inclui lig/religações)	1.320.092,17
Saneamento (inclui recolha por meios móveis)	648.638,55
Resíduos sólidos	498.265,86
Escolas - Refeições + Prolongamento horários	119.069,63
Renda - Habitações	45.005,79
Parques de estacionamento	40.392,70
Transportes de pessoas e mercadorias	29.977,88
Desperdícios, resíduos e refugos	21.441,00
Outras rendas	15.290,08
Serviços desportivos	12.596,01
Mercados e feiras	2.102,60
Outros	654,23
Total	2.753.526,50

Venda de Bens e Serviços Correntes – Receita Cobrada Líquida

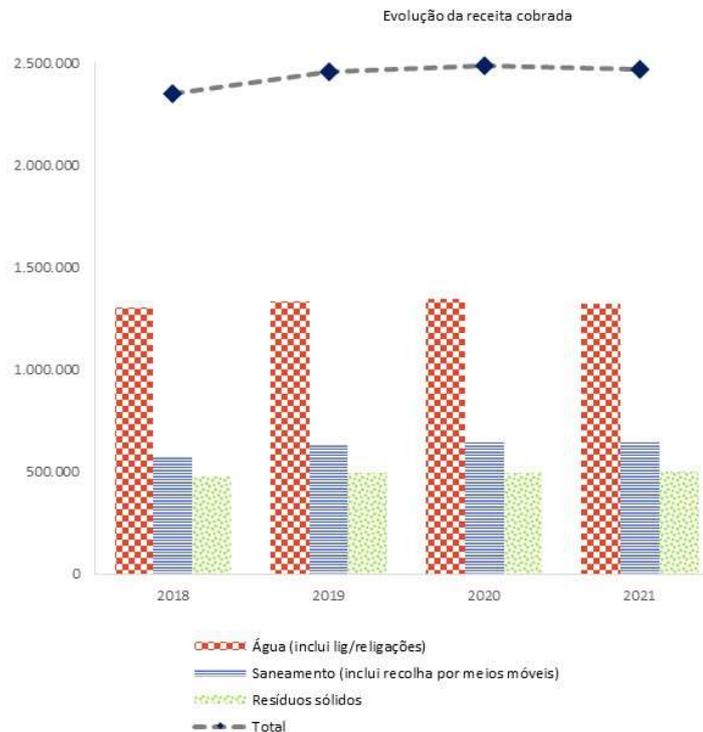


No que diz respeito à execução orçamental, os setores de **água, saneamento e resíduos sólidos**, registaram uma receita de 2.466.996,58 € o que significa um grau de execução de 96,94 %, ficando aquém das previsões em 3,06 %.

Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
Água (inclui lig/religações)	1.367.195,00	1.320.092,17	96,55%
Saneamento (inclui recolha por meios móveis)	667.235,00	648.638,55	97,21%
Resíduos sólidos	510.326,00	498.265,86	97,64%
Total	2.544.756,00	2.466.996,58	96,94%

Analisando a evolução no tempo, verificamos que o setor, no seu conjunto, apresenta uma tendência de crescimento anual, quebrado apenas pelo ano de 2021 com uma ligeira redução face ao ano anterior.

Rúbricas	2018	2019	2020	2021
Água (inclui lig/religações)	1.299.348,19	1.331.486,75	1.342.565,76	1.320.092,17
Saneamento (inclui recolha por meios móveis)	574.062,17	633.660,90	651.413,74	648.638,55
Resíduos sólidos	475.988,05	491.388,38	491.584,18	498.265,86
Total	2.349.398,41	2.456.536,03	2.485.563,68	2.466.996,58



Apesar de uma ou outra oscilação pontual no decurso destes anos localizada nas rubricas de água e de saneamento (decréscimo ligeiro em 2021), todo o setor demonstrou uma trajetória ascendente orientada para o caminho da sua sustentabilidade futura.



No setor da **Educação**, verificam-se os seguintes valores:

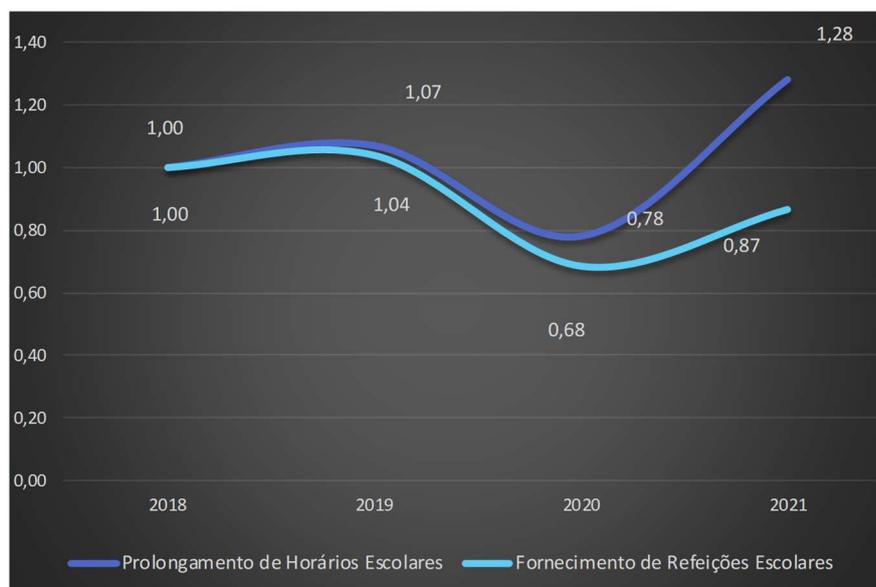
Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
Fornecimento de Refeições Escolares	95.134,00	96.634,88	101,58%
Prolongamento de Horários Escolares	15.628,00	22.434,75	143,55%
Total	110.762,00	119.069,63	107,50%

O grau de execução foi de 107,50 %, ficando por isso acima do orçamentado.

Analisando a evolução no tempo, verifica-se uma quebra em 2020 e uma recuperação em 2021, originada principalmente pela pandemia da COVID-19. O ano de 2020 e 2021 não decorreram de modo normal, tendo em conta que houve encerramento de estabelecimentos, confinamentos e situações de isolamento devido à pandemia.

Evolução sobre ano base

Rúbricas	Ano base: 2018			
	2018	2019	2020	2021
Prolongamento de Horários Escolares	17.496,34	18.722,06	13.627,30	22.434,75
	1,00	1,07	0,78	1,28
Fornecimento de Refeições Escolares	111.646,44	116.020,98	76.318,52	96.634,88
	1,00	1,04	0,68	0,87





No que respeita à rubrica **Rendas**, a mesma regista receitas de edifícios e instalações municipais, conforme se explicita de seguida:

Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
Renda - Habitações	35.653,00	45.005,79	126,23%
Outras rendas	60.992,00	15.290,08	25,07%
Total	96.645,00	60.295,87	62,39%

Em **Rendas-Habitações**, respeitante a habitação social, tendo sido prevista verba de 35.653,00 €, foi registada receita de 45.005,79 €, o que representou um grau de execução de 126,23 %.

Em **Outras rendas**, para uma verba prevista de 60.922,00 € deu entrada o valor de 15.290,08 €, tendo-se verificado por isso nesta rubrica um grau de execução foi de 25,07 %.

Outras rendas	2021	2020
Bar Restaurante do Bonito	780,65	15.346,31
Stands das Festas da Cidade	0,00	0,00
Bar/Esplanada Junto aos Campos Sintéticos	812,07	1.083,00
Bar/Esplanada Praça Salgueiro Maia	4.178,70	5.352,82
Edifício das Piscinas Antigas	7.519,43	9.483,39
Exploração e colocação de máquinas de Vending	1.689,56	1.898,60
Direito de Superfície (Bombeiros)	134,67	0,00
Bar esplanada - Parque Verde do Bonito	175,00	0,00
Total	15.290,08	33.164,12

Também esta área sofreu a influência da pandemia COVID-2019, tendo o município concedido apoios ao valor das rendas relativos a espaços municipais, incluindo máquinas de vending. O apoio foi de 50 % de redução nos meses de janeiro a setembro e mês de dezembro.

Serviços desportivos e culturais

Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
Serviços desportivos	42.169,00	12.596,01	29,87%
Serviços culturais	15.269,00	80,00	0,52%
Total	57.438,00	12.676,01	22,07%

No que diz respeito aos serviços desportivos, a fraca execução orçamental deve-se sobretudo ao período em que as piscinas municipais estiveram fechadas para obras.

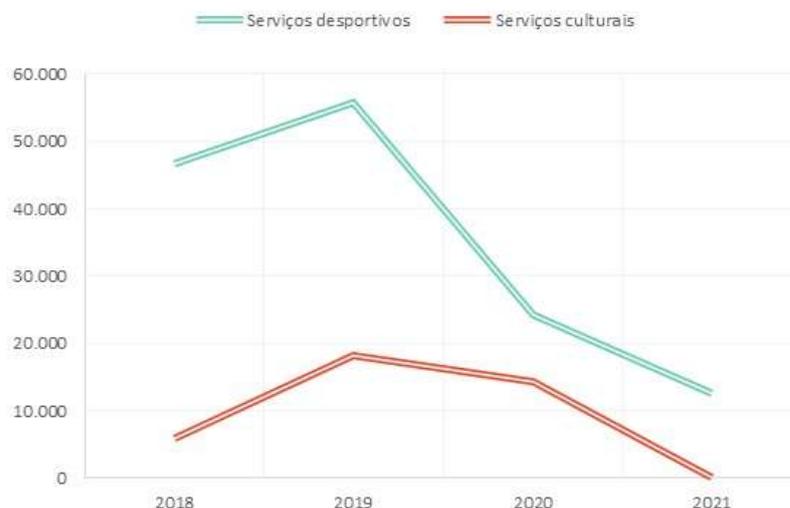
No que diz respeito aos serviços culturais, o movimento foi praticamente nulo. As iniciativas culturais foram inexistentes devido aos condicionalismos que a pandemia trouxe.

O grau de realização da receita foi de 22,07 % no conjunto, sendo de 29,87% no setor desportivo e de 0,52 % no setor cultural.

Para melhor aferirmos o efeito das medidas tomadas e das limitações no âmbito da pandemia, vejamos a evolução destes setores no tempo:

Designação	2018	2019	2020	2021	var. 2021/2020
Serviços desportivos	46.677,33	55.645,75	24.283,05	12.596,01	-48,1%
Serviços culturais	5.918,75	18.150,00	14.392,50	80,00	-99,4%
Total	52.596,08	73.795,75	38.675,55	12.676,01	-67,2%

Evolução serviços desportivos e culturais



Transportes de pessoas e mercadorias

Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
TURE - bilhética/passes	18.150,00	29.977,88	165,17%

Para uma previsão de 18.150 €, registou-se uma receita cobrada no valor de 29.977,88 €, ou seja, um grau de execução de 165.17 %.

Para análise deste setor, temos de considerar também o recebimento de verbas originadas no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

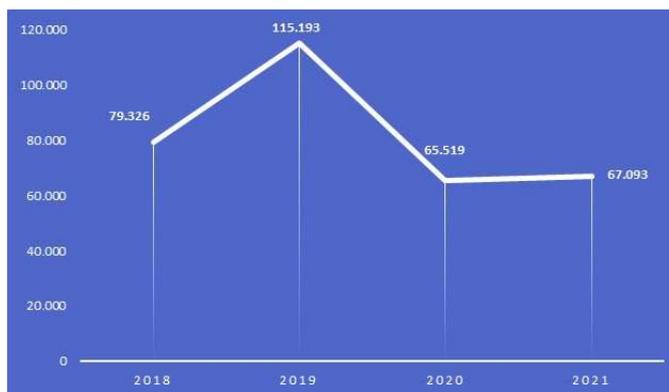
Considerando estas verbas como uma receita dos TURE, a receita passa para 67.092,69.

Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
TURE - bilhética/passes	18.150,00	29.977,88	165,17%
Programa PART	0,00	37.114,81	-
Total	18.150,00	67.092,69	369,66%

Evolução de transporte de pessoas e mercadorias

Verifica-se nos últimos 2 anos uma tendência decrescente, completamente oposta do que se verificou entre 2018 e 2019.

A justificação para este facto deve-se às restrições da pandemia e das medidas de apoio da CME para mitigar os efeitos da mesma.

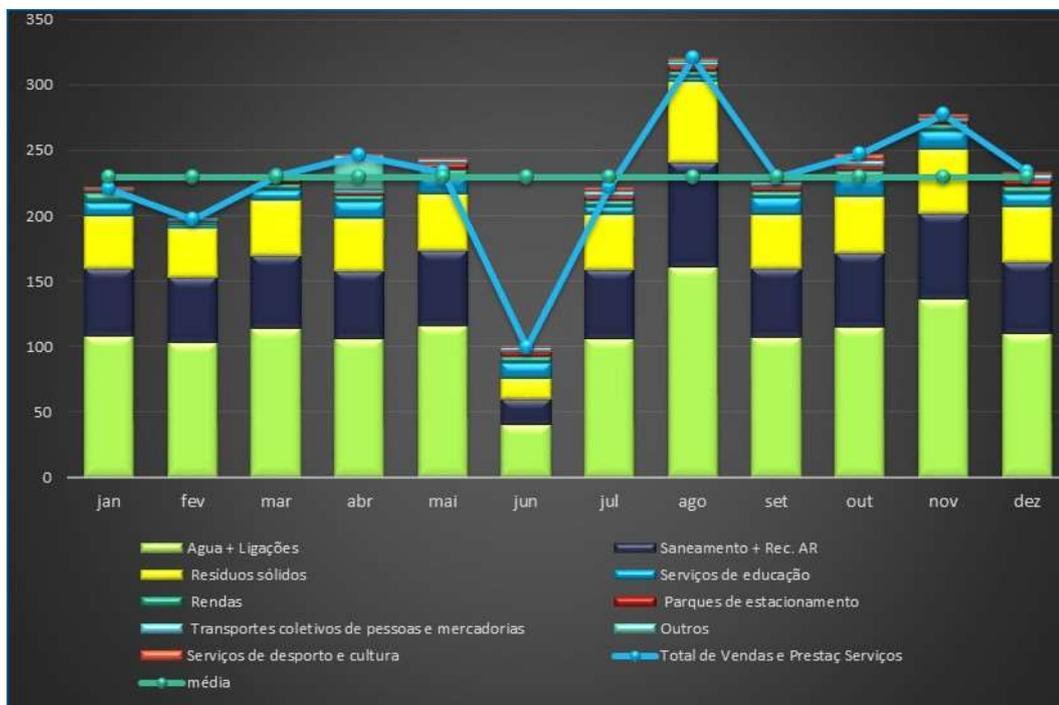




3.1.1.1.5.1. Fluxo de tesouraria de Vendas de bens e serviços correntes

Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Água + Ligações	107	103	113	106	116	40	106	161	106	115	136	110	1.320
Saneamento + Rec. AR	52	50	56	52	57	20	52	80	53	56	66	54	649
Resíduos sólidos	40	38	43	40	43	15	42	62	41	43	49	42	498
Serviços de educação	10	2	7	12	13	12	6	3	13	15	14	10	119
Rendas	7	2	5	5	6	5	5	5	5	5	5	6	60
Parques de estacionamento	2	1	4	2	5	3	3	4	4	3	3	5	40
Transportes coletivos de pessoas e m	1	0	2	2	3	3	3	2	3	4	2	4	30
Outros	0	0	0	26	-9	0	0	2	3	0	0	0	24
Serviços de desporto e cultura	0	0	0	0	0	0	2	1	0	5	2	2	13
Total de Vendas e Prestaç Serviços	221	197	230	246	233	99	221	320	229	246	277	233	2.754
média	229	229	229	229	229	229	229	229	229	229	229	229	229

Fluxos de Tesouraria – Venda de bens e serviços correntes



A cadência dos fluxos financeiros é marcada pela receita dos setores regulados (AA+AR+RU) e, dentro destes, pela venda de água.

Assiste-se a uma quebra das receitas no mês de junho, as quais se posicionam abaixo dos valores médios mensais, e que é explicada por acertos na faturação do ultimo trimestre pelo facto de ser nesse período que se reflete a faturação dos consumos dos meses mais chuvosos e por conseguinte menos propensos ao consumo.

Ao invés, o pico é atingido no mês de agosto, cuja situação climática conduz a maiores consumos de água.



3.1.1.1.6. Outras receitas correntes

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio.

O desempenho no ano de 2021 foi o seguinte:

Designação	2021		
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %
Outras receitas correntes	32.472,00	63.983,61	197,04%

A receita obtida teve origem na quase totalidade na medida de apoio ao comércio local, designada “Neste Natal compre no Comércio Tradicional”.

3.1.1.1.7. Venda de bens de investimento

Rubricas	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Realizado -	Grau de execução %	Desvio orçamental
			previsto		
Venda de bens de investimento	248.268,00	78.563,44	-169.704,56	31,64%	68,36%

Esta rubrica apresenta um grau de execução de 68,36%.

O desvio deve-se ao facto de não se ter concretizado a alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m2).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008. No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000€.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no projeto 03.03 2018/580-2 Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário uma dotação de 171.168€, referente a faturação emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente a este terreno.

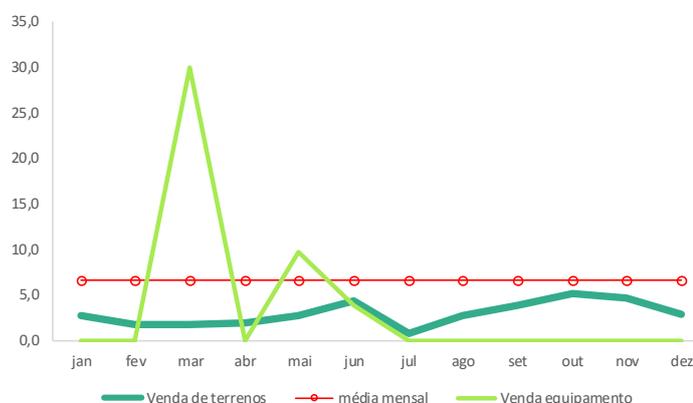
As vendas de bens de investimento referem-se a venda de terrenos no cemitério e venda de equipamento, o que representa uma receita média mensal de 6,55 m€.

Conforme se pode ver na representação gráfica, trata-se de uma receita com flutuações mensais marcantes. O pico ocorreu em março com a venda do seguinte equipamento de transporte:

- 3 viaturas de transporte de RSU;
- 1 viatura cisterna;
- 1 varredora para limpeza urbana;
- 3 autocarros de transportes urbanos.

Todas as viaturas estavam inoperacionais e foram vendidas em hasta publica.

Descrição	unid: mil €												Total
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Venda de terrenos	2,7	1,8	1,8	1,8	2,7	4,3	0,7	2,7	3,8	5,2	4,7	2,9	35,1
Venda equipamento	0,0	0,0	30,0	0,0	9,7	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	43,5
média mensal	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	6,55	





3.1.1.1.8. Outras receitas de capital

Rubricas	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Realizado -	Grau de execução %	Desvio orçamental
			previsto		
Outras receitas de capital	462.162,00	405.510,07	-56.651,93	87,74%	12,26%

Os valores registados nesta rubrica dizem respeito a cauções relativas a empreitadas de obras públicas, que foram recebidas.

O valor cobrado diz respeito aos seguintes projetos:

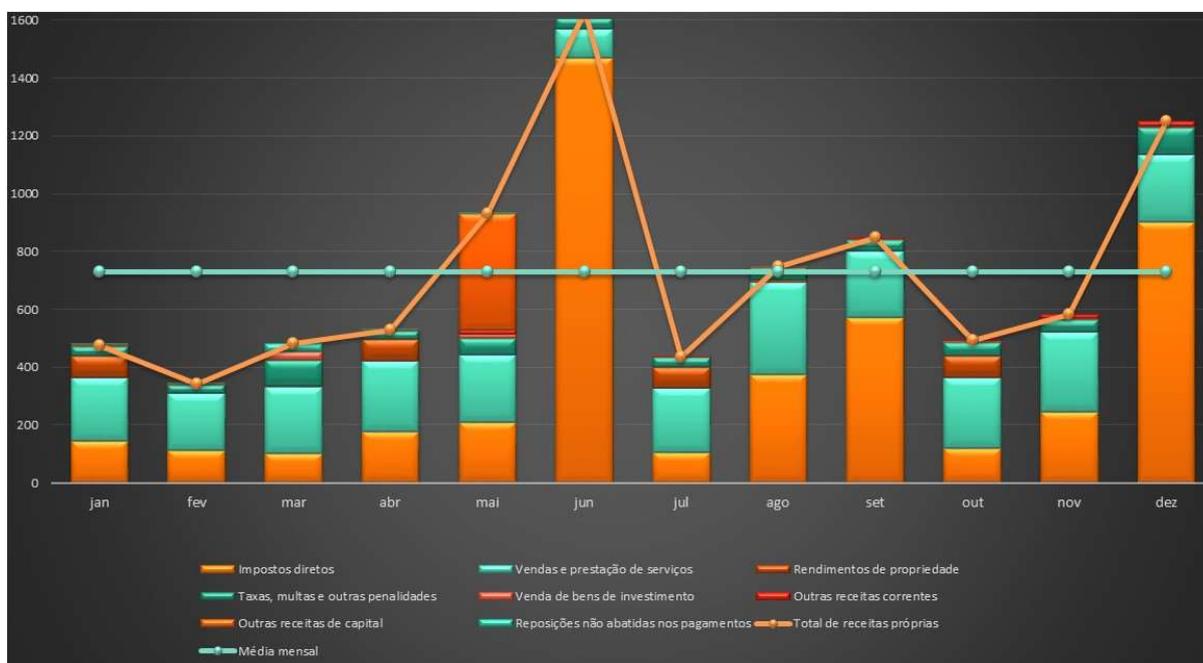
- Escola Básica do Bonito – 2.654,42 €
- Conclusão das obras de urbanização - Loteamento “Fontalgarve” – 402.855,65 €

3.1.1.1.9. Fluxo de tesouraria de receitas próprias

unid: mil €

Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Impostos diretos	141	111	101	175	208	1.469	106	372	572	117	244	900	4.517
Vendas e prestação de serviços	221	197	230	246	233	99	221	320	229	246	277	233	2.754
Rendimentos de propriedade	75	1	4	75	1	1	73	9	1	74	1	1	316
Taxas, multas e outras penalidades	34	29	87	30	58	39	33	42	38	48	42	95	575
Venda de bens de investimento	3	2	32	2	12	8	1	3	4	5	5	3	79
Outras receitas correntes	0	0	0	0	15	13	1	0	4	0	12	18	64
Outras receitas de capital	3	0	0	0	403	0	0	0	0	0	0	0	406
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0	26	1	0	0	0	0	0	0	0	0	27
Total de receitas próprias	476	340	481	528	932	1.630	435	745	848	491	581	1.250	8.737
Média mensal	728	728	728	728	728	728	728	728	728	728	728	728	

Fluxo de Tesouraria – Receitas Próprias



As receitas próprias geraram, em média, 728 m€ por mês.

Só 4 meses do ano, mais propriamente maio, junho, setembro e dezembro suplantaram este valor, coincidindo com o recebimento das prestações do IMI, que é a rubrica mais relevante nas rubricas de impostos diretos.

Nos restantes 8 meses, as importâncias entradas no grupo **receita própria**, ficaram sempre abaixo do valor médio mensal.



3.1.1.2. Transferências

3.1.1.2.1. Transferências correntes

Classificam-se como transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

O município recebeu transferências:

- do Orçamento de Estado, ao abrigo do artigo 25º do RFAL;
- de sociedades privadas,
- e ainda a título de outras transferências.

Com uma receita de 5.257.998,45 € a rubrica **transferências correntes** teve um grau de execução orçamental de 91,70 %, ultrapassando ligeiramente as previsões orçamentais.

Designação	2021			Peso na receita cobrada
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.413.326,00	2.413.326,00	100,00%	45,90%
Participação Fixa no IRS	1.253.015,00	1.253.015,00	100,00%	23,83%
Outras	1.269.726,00	1.083.451,80	85,33%	20,61%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	100,00%	5,23%
Participação no IVA-art.º 26-A Lei n.º 73/2013	97.389,00	97.389,39	100,00%	1,85%
Estado-Part. Comum.projetos co-financiados	372.772,00	89.549,48	24,02%	1,70%
Segurança Social	25.482,00	25.482,36	100,00%	0,48%
Companhias de seguros	27.220,00	20.877,42	76,70%	0,40%
Total	5.733.837,00	5.257.998,45	91,70%	100,00%

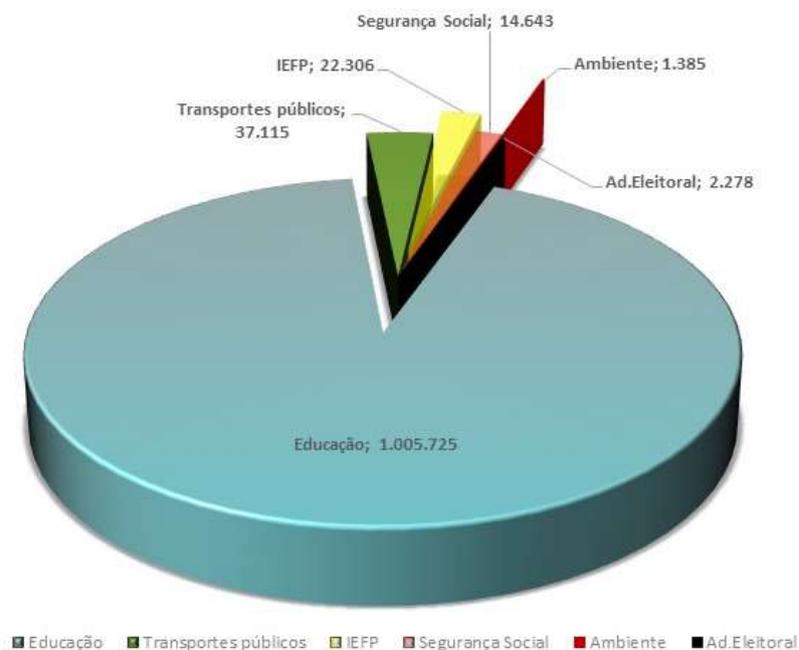
O valor registado na rubrica **Estado – Projetos cofinanciados** diz respeito aos seguintes projetos:

Rubricas	Receita €
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo:	
PEDIME	87.740,53
Caminhos do Ferro e da Pedra	1.808,95
Total	89.549,48

A rubrica **Outras** é composta pelas seguintes transferências:

Rubricas	2021
Ministério da Educação e Ciência - Pessoal N/ Docente	754.590,12
DGEST - Ac. Pre-Escolar, AEC, Refeições Escolares	251.135,04
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	37.114,81
IEFP - GIP+EACE+ CEI+	22.305,94
Inst. Gestão Financeira da Segurança Social (Estágios)	14.642,55
D.G. Administração Interna - Adm. Eleitoral	2.278,23
Agência Portuguesa do Ambiente (TGR)	1.385,11
Total	1.083.451,80

Composição da rubrica “outras”



As principais transferências recebidas pelo município no valor de 1.005.725 €, têm como destino o setor de Educação.

Para o setor de Transportes/TURE, o município recebeu verbas para apoio à redução tarifária (programa PART), no valor de 37.114,81 €.

Foram ainda recebidas verbas do IEFP/Centro de Emprego no valor de 22.305,94 €, do Instituto da Segurança Social no valor de 14.642,55 €, Direcção-Geral da Administração Interna para apoio ao processo eleitoral no valor de 2.278,23 € e da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 1.385,11 €.

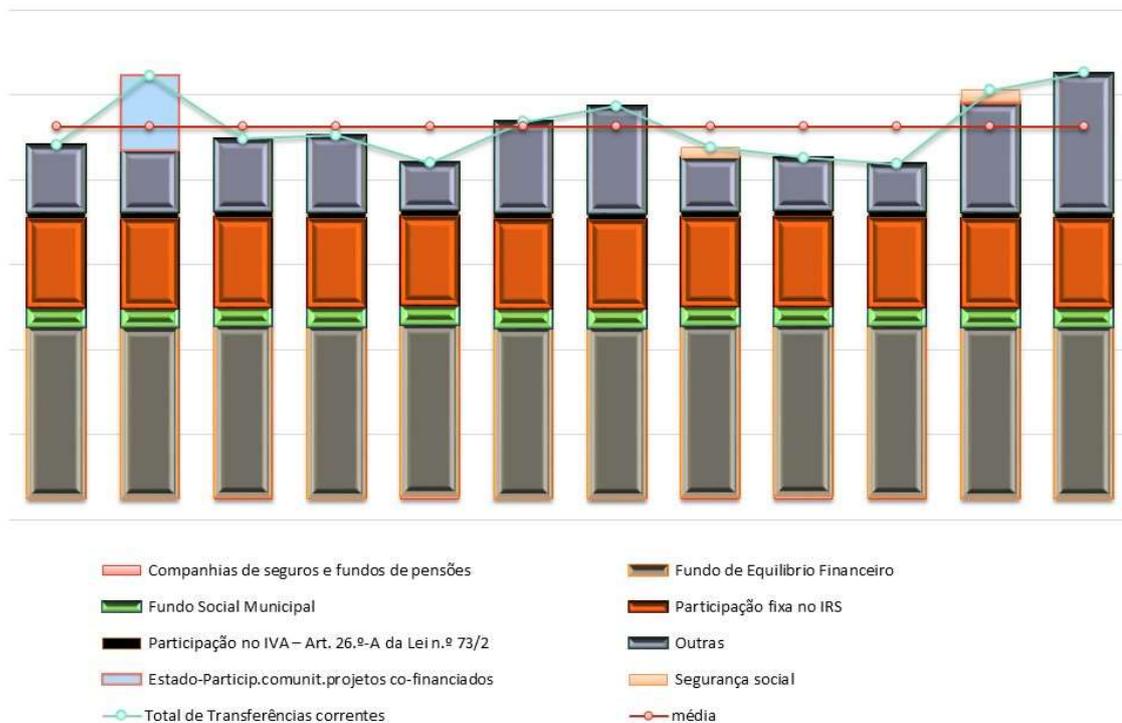


3.1.1.2.1.1. Fluxo de tesouraria de transferências correntes

unid: mil €

Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Companhias de seguros e fundos de pensões	1	1	2	1	4	0	0	3	3	2	1	1	21
Fundo de Equilibrio Financeiro	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	2.413
Fundo Social Municipal	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	275
Participação fixa no IRS	104	104	104	104	104	104	104	104	104	104	104	104	1.253
Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/2	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	97
Outras	79	73	85	90	55	106	125	62	62	55	128	164	1.083
Estado-Particip.comunit.projetos co-financiados	0	88	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	90
Segurança social	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	13	0	25
Total de Transferências correntes	417	498	424	428	395	443	462	414	401	394	480	501	5.258
média	438	438	438	438	438	438	438	438	438	438	438	438	

Fluxos de Tesouraria – Transferências Correntes



Estamos perante o grupo de receitas correntes que gera maiores fluxos financeiros para o município, no total de 5.258 m€, tendo registado entradas médias por mês de 438 m€.

As transferências oriundas do Orçamento de Estado são caracterizadas pela sua constância ao longo dos meses. São os casos de **FEF**, **Participação no IRS** e **FSM**.

A rubrica **outras transferências correntes**, regista receitas de diversos organismos da Administração Central, conforme vimos anteriormente, as quais no final do ano totalizaram 1.083 m€.

Trata-se de movimentos financeiros distribuídos ao longo do ano, mas de valor mais variável mensalmente, dependendo os valores transferidos da natureza dos contratos de apoio/participação financeira e doas atividades/serviços que financiam.

Outras há que são meramente pontuais, isto é, ocorrem quando estão preenchidos requisitos para o respetivo financiamento, como é o caso das transferências FEDER.

3.1.1.2.2. Transferências de capital

As transferências de capital, que constituem transações sem contraprestação, suportam em grande parte os investimentos.

De acordo com a norma de contabilidade pública NCP-14, transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

Em particular, dizem respeito às transferências financeiras que têm origem no Orçamento de Estado e às transferências da União Europeia, a título de comparticipação em projetos de investimento apoiados, designadamente pelo FEDER.

Rubricas	2021			Peso na receita cobrada
	Previsão corrigida	Cobrada	Grau de execução %	
Fundo de Equilibrio Financeiro - capital	268.147,00	268.147,00	100,00%	65,81%
Art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 - capital	139.290,00	139.290,00	100,00%	34,19%
Total	407.437,00	407.437,00	100,00%	100,00%

As **receitas de capital** provenientes do Orçamento de Estado totalizaram 407.437,00€ e tiveram um grau de execução de 100,00 %.

Trata-se de rubricas que se encontram definidas no RFALEI, aprovado pela Lei n. 73/2013 de 03/09.

Rubricas	2021			Peso na receita cobrada
	Previsão corrigida	Cobrada	Grau de execução %	
Cooperação técnica e financeira	1,00	0,00	0,00%	0,00%
FEDER	4.740.775,00	3.457.391,71	72,93%	100,00%
Total	4.740.776,00	3.457.391,71	72,93%	100,00%

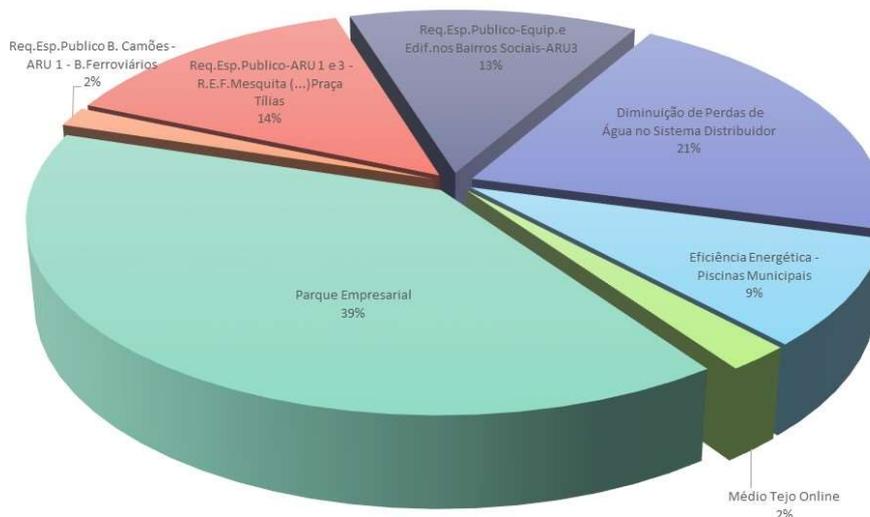
Em relação às rubricas destinadas a receber verba para fazer face a grandes investimentos, apenas a rubrica do FEDER teve movimento, o qual refere-se aos seguintes projetos:

Designação	Valor €
Diminuição de Perdas de Água no Sistema Distribuidor	719.682,74
Eficiência Energética - Piscinas Municipais	309.176,31
Médio Tejo Online	75.140,00
Parque Empresarial	1.368.399,84
Req.Esp.Publico B. Camões - ARU 1 - B.Ferrovários	55.898,37
Req.Esp.Publico-ARU 1 e 3 -R.E.F.Mesquita (...)Praça Tílias	475.718,52
Req.Esp.Publico-Equip.e Edif.nos Bairros Sociais-ARU3	453.375,93
Total	3.457.391,71

As candidaturas são feitas ao Portugal 2020 (*Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão, que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas*), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal. Os pagamentos são feitos pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Conforme valorização no mapa anterior, em 2021, o município recebeu participações em projetos no valor de 3.457.391,71 €, sendo que a maior parte destina-se a obras de requalificação urbana.

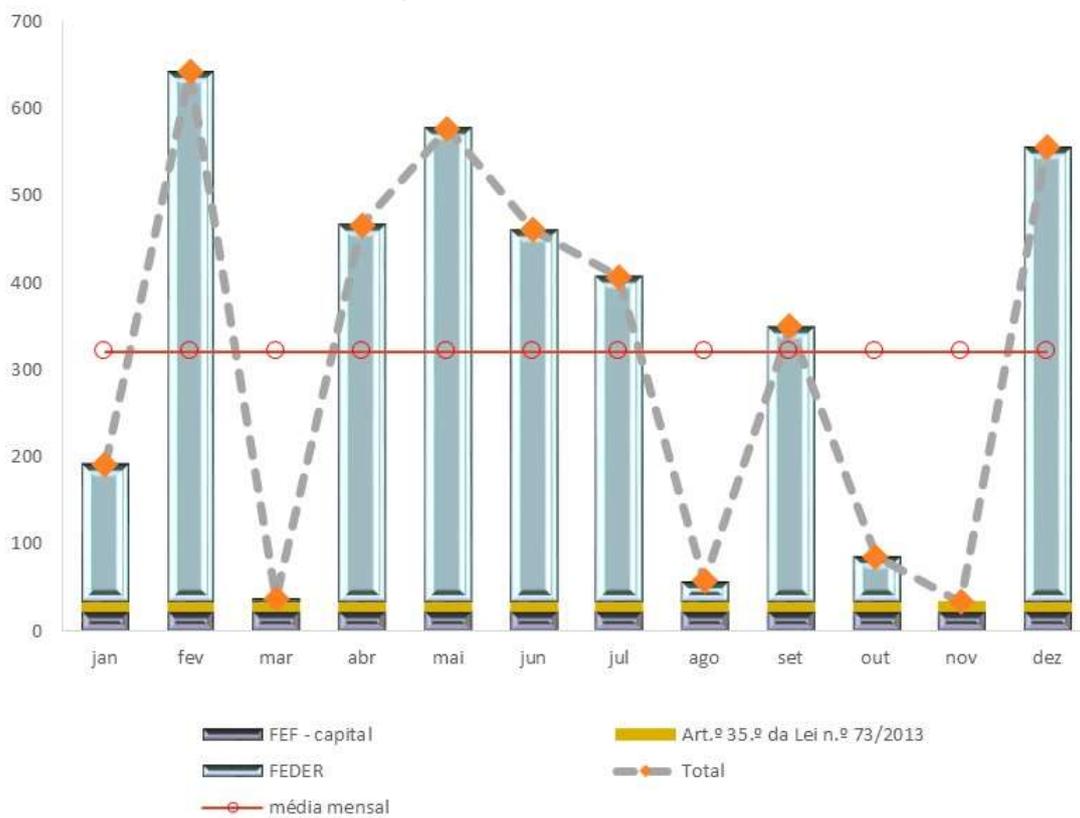
Composição da rubrica “FEDER”



3.1.1.2.2.1. Fluxo de tesouraria de transferências de capital

Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
FEF - capital	22,3	22,3	22,3	22,3	22,3	22,3	22,3	22,3	22,3	22,3	22,3	22,4	268,1
Art.º 35.º da Lei n.º 73/2013	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	11,6	139,3
FEDER	158,0	607,8	4,1	432,1	542,9	426,2	372,9	24,1	316,1	52,1	0,0	521,1	3.457,4
Total	192,0	641,7	38,0	466,0	576,8	460,2	406,9	58,1	350,0	86,1	34,0	555,1	3.864,8
média mensal	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	322,1	

Fluxos de Tesouraria – Transferências de Capital



No que diz respeito aos fluxos de tesouraria das rubricas incluídas em **transferências de capital**, verificamos que existem duas em que a principal característica é a regularidade (FEF e art.º 35.º) e uma que flutuam ao longo do ano em conformidade com o estado de desenvolvimento dos projetos que financiam.

O FEDER, tendo em consideração os montantes envolvidos, deixa uma marca forte nos meses em que ocorre.



3.1.1.2.3. Análise conjunta das transferências correntes e das transferências de capital

As transferências do Orçamento do Estado ao abrigo da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI) foram dos seguintes montantes:

Designação	2021			Peso na receita cobrada
	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Grau de execução %	
Fundo de Equilíbrio Financeiro - correntes	2.413.326,00	2.413.326,00	100,00%	54,28%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital	268.147,00	268.147,00	100,00%	6,03%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - TOTAL	2.681.473,00	2.681.473,00	100,00%	60,31%
Participação Fixa no IRS - correntes	1.253.015,00	1.253.015,00	100,00%	28,18%
Fundo Social Municipal - correntes	274.907,00	274.907,00	100,00%	6,18%
Art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 - capital	139.290,00	139.290,00	100,00%	3,13%
Part IVA-art.º 26-A Lei n.º 73/2013 - correntes	97.389,00	97.389,39	100,00%	2,19%
Total	4.446.074,00	4.446.074,39	100,00%	100,00%

O valor cobrado foi no valor de 4.446.074,39 €, registando um grau de execução de 100 %.

Analisando o comportamento destas rubricas ao longo dos últimos 4 anos, verificamos que existiram alterações quer nos totais recebidos quer no tipo de rubricas que, entretanto, surgiram a partir da publicação da Lei n.º 51/2018 de 16/8 que efetuou uma revisão geral ao RFALEI:

Rúbricas	2018	2019	2020	2021
Fundo de Equilíbrio Financeiro - correntes	1.811.765,00	1.957.429,00	2.204.777,00	2.413.326,00
Participação Fixa no IRS - correntes	1.147.754,00	1.157.692,00	1.162.575,00	1.253.015,00
Fundo Social Municipal - correntes	274.907,00	274.907,00	274.907,00	274.907,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital	201.307,00	217.492,00	244.975,00	268.147,00
Art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 - capital	0,00	94.608,00	121.714,00	139.290,00
Part IVA-art.º 26-A Lei n.º 73/2013 - correntes	0,00	0,00	117.129,36	97.389,39
Total	3.435.733,00	3.702.128,00	4.126.077,36	4.446.074,39

Foi introduzida uma alteração ao artigo 35.º do RFALEI mediante a qual foi instituído um mecanismo de compensação relativo às transferências do OE a título de FEF, FSM e Participação no IRS.

Passou a não poder haver anualmente uma diminuição superior a 2,5% nem um acréscimo superior a 5% nos impostos do FEF, FSM e IRS. Assim, havendo municípios com variação superior a 5%, esse excedente será distribuído por municípios que tenham uma variação negativa.

Tal facto traduziu-se numa receita para o Entroncamento de 94.608,00€ em 2019, de 121.714,00€ em 2020 e de 139.290,00 € em 2021.



PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Foi introduzido o artigo 26.º-A, que refere que a percentagem de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás referidos no artigo 25.º. é distribuída aos municípios proporcionalmente e cujo valor é apurado com base no penúltimo ano relativamente àquele a que a LOE se refere.

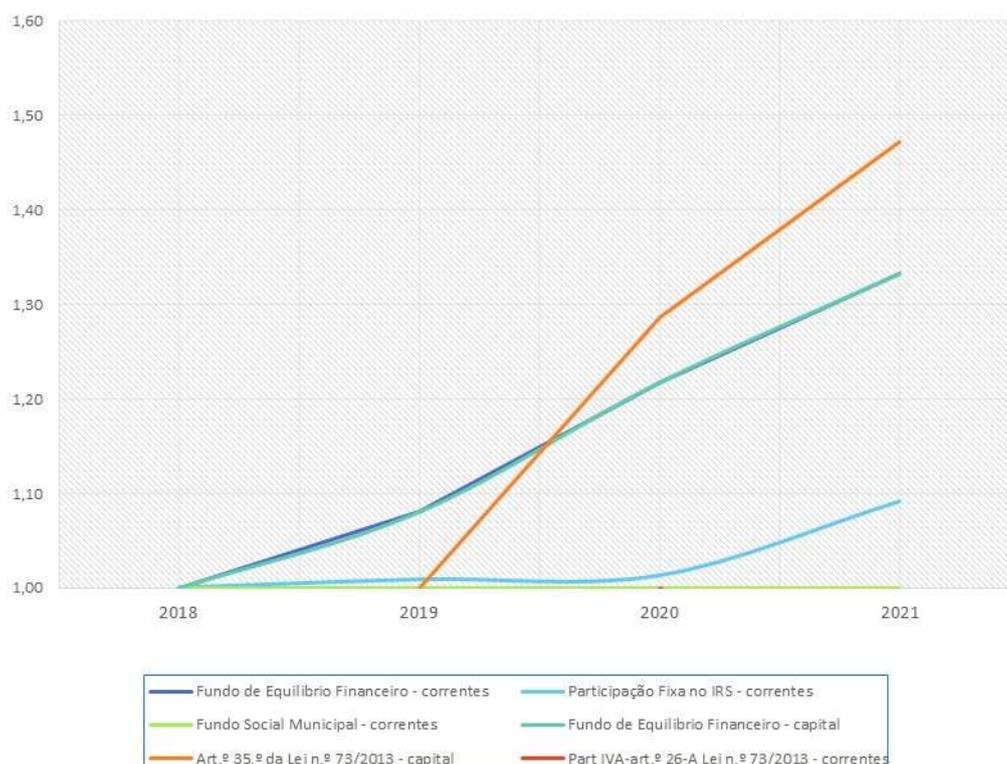
O município recebeu em 2021 a importância de 97.389,39 €.

Analisando o quadro seguinte, conclui-se que de 2018 para 2021 tem havido um crescimento anual das transferências do OE.

Em 2021, as verbas totais de 4.446.074,39 € traduzem o maior valor recebido até à data do Orçamento de Estado, representando um acréscimo de 1,29 face ao ano base (2018).

Rúbricas	Ano base: 2018			
	2018	2019	2020	2021
Fundo de Equilíbrio Financeiro - correntes	1,00	1,08	1,22	1,33
Participação Fixa no IRS - correntes	1,00	1,01	1,01	1,09
Fundo Social Municipal - correntes	1,00	1,00	1,00	1,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital	1,00	1,08	1,22	1,33
Art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 - capital		1,00	1,29	1,47
Part IVA-art.º 26-A Lei n.º 73/2013 - correntes			1,00	0,83
Total	1,00	1,08	1,20	1,29

Evolução das transferências do OE ao abrigo da Lei n.º 73/2013 de 3/9





3.1.1.2.4. Passivos financeiros

Rubricas	Previsão corrigida	Receita cobr. liq. (total)	Realizado - previsto	Grau de execução %	Desvio orçamental
Passivos financeiros	1.669.489,00	1.588.889,00	-80.600,00	95,17%	4,83%

Refere-se a:

- Empréstimo de curto prazo – 600.000€, destinado ao reforço de tesouraria, tendo sido pago no mês de dezembro.

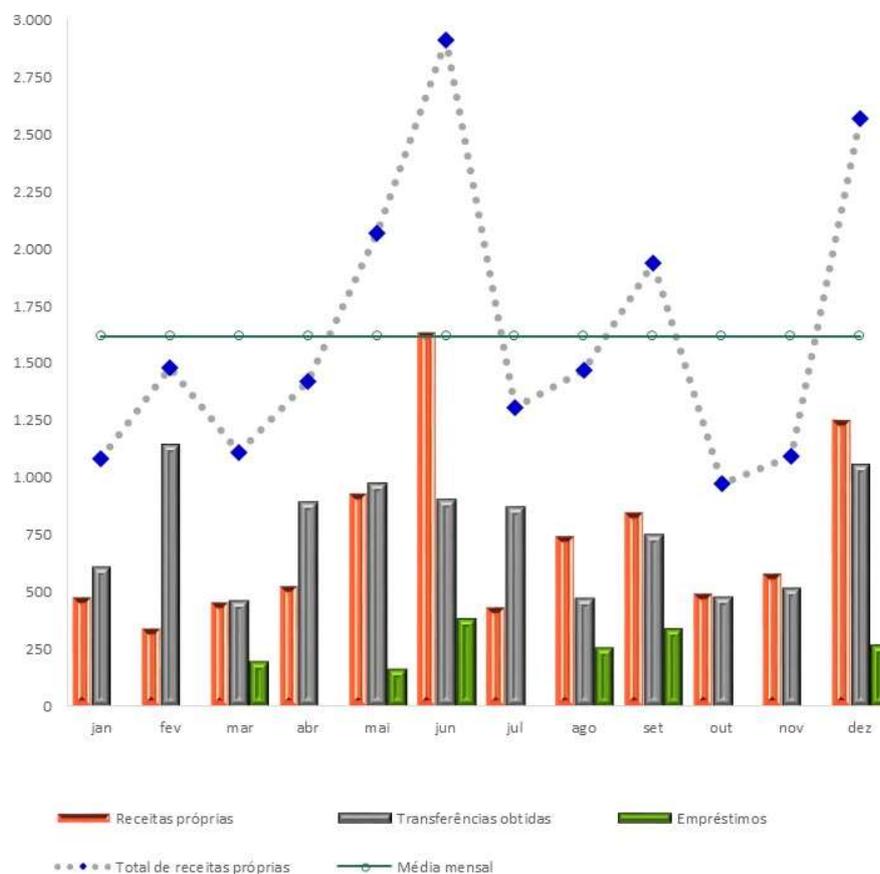
- Empréstimos de médio e longo prazos – 988.889,00 €, com a seguinte discriminação:

Empréstimos	Valor €
Montepio Geral	
Emp. Req. Esp. Publico - R. Eng. Ferreira Mesq. ... P. Tílias	194.000,00
Req. Esp. Pub. Bairros Sociais - ARU 3	144.000,00
Pista de Atletismo	109.900,00
Banco BPI	
Parque Empresarial	162.824,00
Diminuição Perdas Água no Sistema Distribuidor	378.165,00
Total	988.889,00

3.1.1.2.5. Fluxos de tesouraria da receita

Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Receitas próprias	476	340	454	528	931	1.630	435	745	848	491	581	1.250	8.710
Transferências obtidas	609	1.140	462	894	972	904	869	472	751	480	514	1.056	9.123
Empréstimos	0	0	194	0	163	378	0	254	335	0	0	265	1.589
Total de receitas	1.085	1.480	1.110	1.421	2.066	2.911	1.304	1.471	1.935	971	1.095	2.571	19.422
Média mensal	1.618												

Fluxos de Tesouraria – Receitas



Fazendo uma síntese dos fluxos financeiros vistos anteriormente com maior detalhe, concluímos que dos 19.422 m€ entrados na tesouraria, a maior receita foi reconhecida em junho, seguida de dezembro, representando estes 2 meses 28,2 % da receita do ano.

Também foram estes os únicos meses em que foi ultrapassado de modo relevante o valor da receita média mensal (1.618 m€), o que demonstra a importância do IMI nas receitas totais do município.